

SONIA MARIA DE BRITO RIBEIRO

GUIA PRÁTICO
INTERAÇÃO UNIVERSIDADE/EMPRESA
E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Trabalho Final do Mestrado Profissional,
apresentado à Universidade do Vale do
Sapucaí, para obtenção do título de Mestre
em Ciências Aplicadas à Saúde.

POUSO ALEGRE – MG

2021

SONIA MARIA DE BRITO RIBEIRO

GUIA PRÁTICO
INTERAÇÃO UNIVERSIDADE/EMPRESA
E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Trabalho Final do Mestrado Profissional,
apresentado à Universidade do Vale do
Sapucaí, para obtenção do título de Mestre
em Ciências Aplicadas à Saúde.

ORIENTADOR: Prof. Dr. José Dias da Silva Neto

CO ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Daniela Francescato Veiga

POUSO ALEGRE - MG

2021

Ribeiro, Sonia Maria de Brito.

Guia Prático: Interação universidade-empresa e a captação de recursos/
Sonia Maria de Brito Ribeiro. – Pouso Alegre: Univas, 2021.

x 73p. : il.

Título em inglês: Practical Guide: University-business interactions and
fund raising.

Orientador: Prof. Dr. José Dias da Silva Neto

Coorientadora: Prof^a Dr^a Daniela Francescato Veiga

1. Economia. 2. Inovação. 3. Propriedade intelectual. 4. Financiamento
de Pesquisa. 5. Parceria Público Privada

CDD – 378.81

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

**MESTRADO PROFISSIONAL EM
CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE**

COORDENADORA: Prof. Dra. Adriana Rodrigues Dos Anjos Mendonça

Linha de Atuação: Gestão e Qualidade em Lesões Teciduais

DEDICATÓRIA

Ao meu marido, Hugo José Ribeiro, companheiro e meu amor há 45 anos, juntos tivemos alegrias, tristezas, e nos apoiamos em momentos extremamente difíceis, mas sempre me incentivando, auxiliando-me na graduação, no mestrado e sofrendo comigo nas aulas de bioestatística.

Aos meus filhos, Lindsay Caroline de Brito Ribeiro, Hugo José Ribeiro Junior, Rodrigo Leonardo de Brito Ribeiro (*in memoriam*), meu sobrinho filho Richard Machado de Brito, minha nora Vanessa Ribeiro Feccio e meu futuro neto Pietro, cujo amor já pulsa no coração, meu genro Vicente Laganaro e minha maravilhosa e amada neta Isabel Ribeiro Laganaro, razões de minha luta diária e pelo que faço questão de viver.

À minha mãe, Maria de Lourdes Souza Brito, que pôde estar ao meu lado em todos os momentos, no auge dos seus 81 anos, conseguiu entender com amor e paciência minhas ausências e torcer por minhas conquistas. Ao meu pai, Joaquim Oliveira de Brito (*in memoriam*), que infelizmente não conseguiu permanecer entre nós para dividir conosco as minhas últimas conquistas e o nascimento da bisneta e do futuro bisneto, que, certamente, não se conteria de tanta felicidade.

Á Deus por esta conquista, me dando força e coragem de, em meio a tantas perdas e desafios vividos durante a pandemia de Covid-19, conseguir concluir este trabalho e por colocar em meu caminho anjos disfarçados de amigos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador **PROFESSOR Dr. JOSÉ DIAS DA SILVA NETO**, Pró-Reitor de Pós-graduação e Pesquisa e professor do Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde – MPCAS, da Universidade do Vale do Sapucaí, meu orientador, pessoa incentivadora de alma linda, de astral invejável e de inteligência e humildade sem igual, acreditou no meu potencial, me deu a tão difícil missão de desenvolver o trabalho em área árdua, interação universidade/empresa e captação de recursos, que só foi possível por sua perseverança no tema ao meu lado. Foi um **SHOW** poder trocar experiências com pessoa de tanto saber, meu eterno agradecimento.

À **PROFESSORA Dra. DANIELA FRANCESCATO VEIGA**, professora do Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde da Universidade do Vale do Sapucaí, minha coorientadora, pessoa incrível e profissional fantástica, primeira pessoa a dizer que eu podia e devia fazer o mestrado, uma pessoa apaixonada pela profissão e pelo MPCAS, a qual me influenciou positivamente na mesma paixão, meu eterno agradecimento pela contribuição incrível para a conclusão deste trabalho, pelo carinho, amizade e por acreditar e incentivar minha caminhada, jamais conseguirei retribuir.

À **PROFESSORA DOUTORA ADRIANA RODRIGUES DOS ANJOS MENDONÇA** pela dedicação e esforço na coordenação do Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde.

A **PROFESSORA Dr^a DIBA SEBBA TOSTA DE SOUZA**, professora do Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde da Universidade do Vale do Sapucaí, pessoa doce, profissional incrível, de conhecimento ímpar, que juntamente com a Prof^a Daniela Francescato Veiga, se empenhou para me trazer para o time da Univás, meu agradecimento pelo carinho, confiança e por me proporcionarem a experiência e poder conviver com vocês, meus anjos disfarçados de amigos.

Aos **PROFESSORES DO MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE DA UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ**, pelos conhecimentos e ensinamentos compartilhados e pela confiança em meu trabalho.

Aos **PROFESSORES DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ**, que aceitaram participar como juízes para validação do Guia Prático Interação Universidade/Empresa e a Captação de Recursos.

A **MOON ARTE & DESIGN**, pelo projeto gráfico e diagramação do Guia Prático.

Aos **DISCENTES DO MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE DA UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ**, pelo nosso convívio, amizade, pelos momentos de descontração no grupo do WhatsApp que deixavam mais leves o cansaço e as dificuldades diárias.

Aos **FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ**, GUILHERME OLIVEIRA SANTOS, GISLAINE BITTENCOURT, AMANDA FIGUEIREDO pelo carinho atenção, auxílio e companheirismo durante minha jornada.

“Somente através da nossa voluntária rendição ao dever, por amor aos nossos próprios deveres, é que realmente alcançaremos a auréola da liberdade vitoriosa”

Francisco Cândido Xavier, pelo espírito Emmanuel.

SUMÁRIO

1. CONTEXTO	01
2. OBJETIVOS	08
3. MÉTODOS	09
3.1. Aspectos éticos.....	09
3.2 Tipo de Estudo.....	09
3.3 Local e período do estudo.....	09
3.4 Desenvolvimento do guia.....	09
3.5 Participantes.....	13
3.6 Procedimentos.....	13
3.7. Método estatístico.....	15
4. RESULTADOS	16
4.1 Caraterização dos Juizes.....	16
4.2 Produto.....	19
5. DISCUSSÃO	56
5.1. Aplicabilidade.....	58
5.2. Impacto Social.....	59
6. CONCLUSÃO	60
7. REFERÊNCIAS	61
8. NORMAS ADOTADAS	64
9. APÊNDICES	65
10. ANEXOS	71
11. FONTES CONSULTADAS	73

RESUMO

Contexto: A limitação de recursos para atividades de pesquisa e desenvolvimento, oriundos do Estado, é preocupante para as instituições de ensino. É de fundamental importância que o País invista em inovação, para garantir seu espaço no mercado internacional. Universidades e Empresas podem colaborar para criar canais de captação de recursos direcionados a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento não contemplados, parcial ou integralmente, por recursos públicos voltados à atividade científica. **Objetivo:** Confeccionar e validar guia prático para captação de recursos via PD&I junto aos principais órgãos de fomento e empresas. **Métodos:** Estudo descritivo para confecção de material didático/instrucional. Para elaboração do design gráfico, tomou-se por base o Manual da Identidade Visual da Univás para definição da identidade visual do guia. Utilizou-se da paleta de cores do MPCAS, acrescentando-se elementos alaranjados para dar contraste nas ilustrações e princípios básicos do design, tais como, contraste, repetição, alinhamento e proximidade. Para validação do Guia, foram convidados 21 docentes permanentes dos cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* da Univás, que atuaram como juízes. Foi elaborado um instrumento específico para a avaliação do conteúdo pelos juízes. **Resultados:** Dos 21 juízes convidados, 13 responderam no prazo pré-estabelecido e todas as perguntas obtiveram como respostas, adequado e totalmente adequado, não necessitando de nova rodada para validação. A confiabilidade do conteúdo do guia, analisada pelo alfa de Cronbach, resultou em um escore final de 0,9288. **Conclusão:** O Guia Prático – Interação Universidade/Empresa e a Captação de Recursos, foi desenvolvido, validado e será disponibilizado nos *sites* institucionais da Univás.

Palavras chave: Economia; Inovação; Propriedade Intelectua;. Financiamento de Pesquisa, Parceria Público Privada.

ABSTRACT

Context: The limitation of resources for research and development activities, from the State, is worrying for educational institutions. It is of fundamental importance that the country invest in innovation, to ensure its space in the international market. Universities and Companies can collaborate to create channels of fund raising directed to research and development projects not contemplated, partially or entirely, by public resources directed to scientific activity. **Objective:** To prepare and validate the Practical Guide - University-business interactions and fund raising, aimed at teachers, researchers and students. **Methods:** Descriptive study for the production of didactic/instructional material. To validate the Guide, 21 permanent professors of the *Stricto Sensu* postgraduate courses of the University of Vale do Sapucaí, who acted as judges, were invited. A specific instrument was developed for the evaluation by the judges, including layout, ease of understanding and use of the guide, language used and understanding of each item approached. **Results:** Of the 21 judges invited, 13 answered within the deadline set. The reliability of the guide content, analyzed by Cronbach's alpha, resulted in a final score of 0.92, demonstrating that the guide is reliable. **Conclusion:** The Practical Guide - University/Company Interaction and fund raising was developed and validated and can be published and made available.

Keywords: Economics; Innovation; Intellectual Property; Research Funding; Public-private partnership.

1. CONTEXTO

A captação de recursos é a ação desenvolvida pelas organizações sem fins lucrativos para que, a partir de um conjunto de estratégias e processos, levantem e mobilizem recursos financeiros para o financiamento de projetos de pesquisa e da sustentabilidade institucional (MATOS e AMORIM, 2020).

A captação de recursos pode acontecer de duas formas; de forma passiva, ou seja, realiza-se busca por editais abertos nas áreas de interesse e submetem-se projetos específicos com base nos critérios que estes editais exigem, sejam eles nas esferas federais, estaduais e municipais; ou de forma pró ativa, em que as instituições fazem um levantamento das suas competências e como estas competências podem interagir com empresas ou organizações, sejam elas estaduais ou municipais (PARENTE, 2015).

Diante do cenário econômico que se apresenta no Brasil e no mundo, em virtude da pandemia COVID 19, a dificuldade na captação de recursos de forma passiva, seja nas esferas federais, estaduais e municipais, que já era uma luta incansável dos agentes captadores, tende a se tornar ainda mais difícil, tendo em vista as previsões dos recursos a serem disponibilizados para as duas grandes e importantes áreas, saúde e educação, diminuirão exponencialmente para os próximos anos, ainda assim não deixarão de existir.

A Universidade, como ambiente natural de pesquisa e inovação, pode e deve contribuir significativamente para a interação Universidade/Empresa. Significa que a academia precisa colocar suas expertises a serviço das necessidades da indústria/empresa; viabilizar a comercialização dos resultados obtidos em suas pesquisas ou mesmo realizar projetos de pesquisa em parceria, sendo esta uma das formas mais efetivas de garantir a busca por parcerias, recursos e visibilidade dos produtos desenvolvidos na Instituição (RISCAROLLI, 2010).

Do mesmo modo, as universidades assumem papel bem definido junto a sociedade, o compromisso do desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão. Essas instituições detêm conhecimento científico, recursos humanos e materiais que podem contribuir de forma significativa para o desenvolvimento do setor produtivo. Por outro lado, o setor empresarial possui, como principal objetivo, atender as demandas do mercado consumidor a partir do fornecimento de produtos e/ou serviços que atendam às necessidades dos clientes. A partir

da interação entre universidade e empresa poderão surgir novos métodos e melhorias em produtos e processos que trarão benefícios para todos os envolvidos (BERNI et al., 2015).

O relacionamento entre academia, indústria e governo, fundamental para a criação de um ambiente propício à inovação, à geração e à difusão do conhecimento necessário ao desenvolvimento da sociedade é caracterizado pelo modelo intitulado Hélice Tríplice. Neste modelo, o desenvolvimento pautado no conhecimento passa a ser o objetivo comum aos três atores, em que somente por meio da interação efetiva será possível chegar a um sistema de inovação sustentável e durável (VALENTE, 2010).

É importante que entenda-se que a cooperação universidade/empresa é uma promissora fonte de transferência de tecnologia, geradora de inovações e recursos financeiros que podem vir a suprir as necessidades das instituições. Quando os dois entes, instituições e empresas, se permitem iniciar a cooperação, as divergências entre as duas esferas que são um dos gargalos neste tipo de interação, são minimizadas pelo estreitamento do relacionamento, contribui para a velocidade da execução do projeto de desenvolvimento de uma nova tecnologia (BENEDETTI e TORKOMIAN, 2011).

Para a garantia de que a interação possa ser realizada de forma sistematizada e com resultados efetivos, torna-se necessário, roteirização, descrição detalhada de documentos, registros, formalizações e as questões em relação à estruturação técnica de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), legislação vigente em relação à obtenção da proteção da propriedade intelectual (patentes, marcas, programas de computador, entre outros), e os procedimentos detalhados com planejamento e delimitação de resultados, que precisam ser realizados de forma adequada para garantir notoriedade e evitar problemas futuros (BRASIL, 1996 ; BRASI, 2016, GARCIA 2020).

Para operarem minimamente as ICTs precisam dispor de recursos e infraestrutura compatíveis com os serviços educacionais e atividades que oferecem, podendo demandar uma soma de recursos financeiros, tanto dos cofres públicos, no caso da instituição pública, quando das mantenedoras, no caso do ensino privado. Ambas vem sofrendo permanentemente para vencer o desafio de dar continuidade às suas atividades. A preocupação com a insuficiência economia é uma das maiores preocupações ó das ICTs, buscar captar uma parcela significativa dos recursos necessários diretamente junto à sociedade seria uma das soluções para o problema (RISCAROLLI, 2010).

No caso das instituições privadas de ensino, as fontes de receita concentram-se nas mensalidades dos alunos e no Brasil 95% dos recursos advêm de mensalidades estudantis, por isso não conseguem suprir adequadamente todas as necessidades de investimento (SCHWARTZMAN 2006).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Aloísio Teixeira (INEP) publicados em 2006, houve um crescimento no número de IES no período pós Lei de Diretrizes e Bases (LDB), principalmente no setor privado (BRASIL, 2007). Dados mais recentes do INEP revelaram que os cursos tecnológicos foram os que tiveram o maior crescimento em número de ingressantes entre 2017 e 2018 (16,6%), enquanto o grau bacharelado e o grau de licenciatura obtiveram 3,1% e 8,9%, respectivamente. Essa mesma tendência pode ser observada nos últimos dez anos do censo: o grau tecnológico registrou um crescimento no número de ingressantes de 102,9%, superior ao bacharelado, com 38,2%, e à licenciatura, com 66,2% no mesmo período. (BRASIL, 2019).

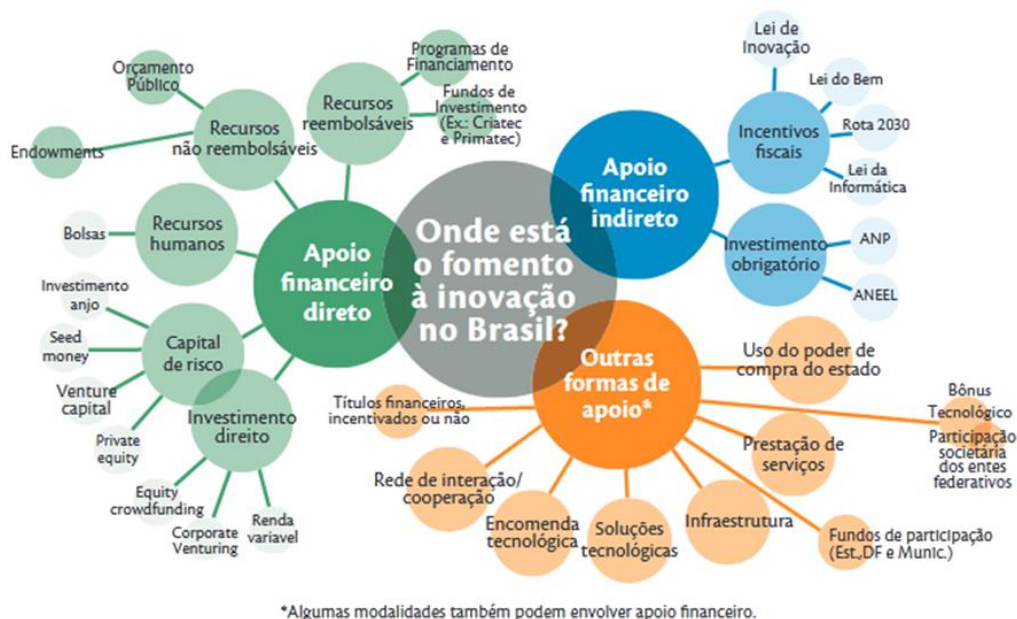
Ainda segundo o INEP, em um período de 10 anos (2008-2018), o aumento de concluintes nos cursos tecnológicos foi de 94,6%, a maior variação quando comparada ao bacharelado (63,1%) e à licenciatura (19,4%). No total da educação superior, os concluintes de grau tecnológico representaram 16,8% (o menor percentual), enquanto estudantes de bacharelado ainda concentravam a maior parte (63,1%) dos formandos, e os de licenciatura, 19,4%. (BRASIL, 2019).

A Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí – FUVS, é uma instituição privada, filantrópica, sem fins lucrativos, referência importante em Educação e Saúde no Sul de Minas há quase cinco décadas e mantenedora da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás); do Hospital das Clínicas Samuel Libânio (HCSL); dos Colégios João Paulo II e Vale do Sapucaí (Anglo Pouso Alegre), que desde o início de suas atividades, seus dirigentes dedicaram-se a cuidar do processo educacional da região ofertando cursos de nível superior, principalmente para suprir a demanda do Hospital das Clínicas Samuel Libânio (HCSL), que pertence à instituição e serve como base de ensino para os cursos de Medicina, Enfermagem, Psicologia, Fisioterapia e Nutrição da Univás (site da FUVS).

Neste sentido, a FUVS/UNIVÁS está inserida no contexto das instituições privadas que enfrentam constantemente os desafios de buscar recursos financeiros para manter suas atividades e continuar ofertando serviços educacionais de qualidade, mas primeiro é necessário saber onde eles se encontram, sendo os maiores gargalos estão nas áreas de saúde e da educação.

A ABGI BRASIL - Accelerating Innovation, empresa de consultoria para inovação, propôs em 2020 um infográfico (figura 1), que indica em quais áreas se encontra o fomento à inovação no Brasil e qual o papel do governo em relação à orientação dos atores em prol da política pública. As limitações fiscais impactado bastante a disponibilidade de recursos públicos disponíveis para o fomento à Ciência Tecnologia e Inovação - CT&I, que não apresenta o mesmo potencial existente no setor privado, fato bastante relevante em um país em desenvolvimento, como o Brasil.

Figura 1 – Onde está o fomento à inovação no Brasil



Fonte: A BGI (2020) com adaptações do Departamento de Estruturas de Custeio e Financiamento – DECF - MCTI.

Considerando que para firmar parcerias e transferência de tecnologia como fontes de recursos, com a finalidade de tornar tudo mais fácil de ser realizado e conduzir o processo de utilização da propriedade intelectual por terceiros de forma adequada, é de extrema importância que o conhecimento das regras para proteção do conhecimento gerado na instituição junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), bem como o NIT e suas competências para gestão desta proteção, esteja disponível também aos professores, alunos, estagiários e todos os envolvidos para realização de um projeto de PD&I, apoiando as tomadas de decisão (BAGNATO et al., 2016).

Neste trabalho foi desenvolvido estudo para a construção do Guia Prático Interação Universidade/Empresa e a Captação de Recursos e para fins didáticos, a Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) foi considerada objeto de estudo na construção do guia, considerando ainda, que o Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde (MPCAS) da Univás apresenta competências para suprir demandas e necessidades específicas da comunidade, tornando fundamental promover parcerias e importante interação em diferentes frentes, seja na transferência de tecnologia, no desenvolvimento de produtos ou mesmo na identificação e solução de problemas de saúde da cidade de Pouso Alegre e região.

A Univás possui suas competências internas bem estabelecidas, conta com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) atuante, que consegue fazer a gestão dos termos de propriedade intelectual e confidencialidade, possui regulamento sobre proteção do patrimônio intelectual, e disponibiliza modelos de contratos, convênios e acordos aprovados pelo setor jurídico da FUVS, que permite apoio para interação entre a universidade/empresa e a captação de recursos, no que diz respeito a transferência/licenciamento de tecnologia.

PARANHOS et al. 2018 relataram que vários NITs foram criados apenas por obediência à legislação e enfrentaram, e muitos ainda enfrentam, dificuldades na missão de fomentar a cultura da inovação e até mesmo para cumprirem suas atividades mais básicas e executar suas competências.

O NIT da Univás, criado pela Resolução CONSEPE nº 1/2014, de 2 de abril de 2014, de acordo com o disposto na Lei nº 10.973/2004 e no Decreto nº 5563/2005, tem como finalidades primordiais criar, gerir e zelar pela manutenção da política de incentivo à inovação tecnológica da Univás, viabilizando estratégias e ações relacionadas aos direitos de propriedade intelectual, tanto no ambiente interno como no ambiente externo da Universidade.

Os NITs tem a finalidade de gerir as políticas de inovação e empreendedorismo, auxiliando na promoção, a utilização do conhecimento e o uso de novas tecnologias oriundas de universidades e institutos de pesquisa, de acordo com as medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, nos termos em lei arts. 23, 24, 167, 200, 213, 218, 219 e 219-A da Constituição Federal, (BRASIL, 2016) descritos a seguir:

I - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;

II - promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;

III - redução das desigualdades regionais;

IV - descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado;

V - promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;

VI - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País;

VII - promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;

VIII - incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;

IX - promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;

X - fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs;

XI - atratividade dos instrumentos de fomento e de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;

XII - simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;

XIII - utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação;

XIV - apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.

No entanto, a grande maioria dos NITs conseguiu realizar e demonstrar suas experiências inovadoras e que, tanto os mais consolidados quanto os ainda em crescimento, que contam com equipes reduzidas, tiveram êxito no cumprimento de suas atividades e em boas práticas na gestão da inovação, concretização de parcerias e transferência de tecnologia (ANDRADE; TORKOMIAN *et al.*, 2018).

Desta maneira, este estudo mostra que a interação universidade/empresa passa, sem dúvida, pelo conhecimento das necessidades da empresa que possam ser supridas pela

universidade, quanto pela expertise da universidade em poder suprir as necessidades da empresa, do conhecimento e importância da elaboração de um bom projeto, além do conhecimento da legislação vigente, da propriedade intelectual e da gestão da inovação.

Este trabalho justifica-se pelo fato de que, conforme apresentado no infográfico (figura 1), são muitos os modos para a captação de recursos e sabe-se que o investimento público em todas as áreas de fomento está em níveis bastante inferiores em relação aos últimos 20 anos e vem prejudicando a continuidade das pesquisas em Ciência Tecnologia e Inovação – CT&I. Este estudo procurou focar na captação de recursos via confecção de PD&I para participação em editais e na interação com a empresa/indústria, criando o Guia Prático – Interação Universidade/Empresa e a Captação de Recursos, com a finalidade de apresentar aos pesquisadores, docentes e alunos da Univás, a importância da elaboração de projetos de PD&I, trazendo um passo a passo para a confecção destes projetos, além dar ciência da propriedade intelectual, as competências do NIT Univás e fluxogramas dos trâmites para as proteções intelectuais geradas na instituição.

2. OBJETIVOS

Confeccionar e validar guia prático para captação de recursos, via PD&I, junto aos principais órgãos de fomento e empresas.

3. MÉTODOS

3.1. Aspectos éticos

Este estudo obedeceu à Resolução de número 466, de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde, que trata da ética em pesquisa envolvendo seres humanos, tal como anonimato total dos participantes, sua privacidade e autonomia de aceitar ou não a participação no estudo. Foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Univás, parecer nº 4.396.409, CAAE 39804620.3.0000.5102 (Anexo I).

3.2 Tipo de Estudo

Estudo descritivo para confecção de material didático/instrucional.

3.3 Local e período do estudo

Este estudo foi realizado na Univás, no âmbito do Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde (MPCAS), no decorrer do ano de 2020 e primeiro semestre de 2021.

3.4 Desenvolvimento do guia

Inicialmente foi realizada busca por artigos e livros de interesse, selecionados via plataformas e bases de dados para compor referências, com aspectos envolvendo gestão da inovação, propriedade intelectual, proposta para elaboração de projetos de PD&I, Leis publicadas no Diário Oficial da União, decretos e normas para compor o conteúdo técnico. Foram selecionados 17 artigos lidos na íntegra, 3 capítulos de livros e 2 livros.

Para elaboração do *design* gráfico, utilizou-se as regras do design e tomou-se por base o Manual da Identidade Visual da Univás para definição da identidade visual do guia (Figura 2). Utilizou-se da paleta de cores do MPCAS, acrescentando-se elementos alaranjados para dar contraste nas ilustrações (Figura 3). As ilustrações, em sua maioria ocupando a abertura de capítulos, foram localizadas estrategicamente para dinamizar a leitura e as cores chapadas foram utilizadas para identificar melhor com o público-alvo (Figura 4).

Utilizou-se ainda dos princípios básicos do design (Figura 5), tais como: Contraste: se

dois itens não forem exatamente os mesmos, diferencie-os completamente. Repetição: algum aspecto do design deve repetir-se no material inteiro. Alinhamento: nada deve ser colocado arbitrariamente em uma página, cada item deve ter uma conexão visual com algo na página. Proximidade: itens relacionados entre si devem ser agrupados (WILLIAMS, 1995).

Para a diagramação do guia prático utilizou-se do alinhamento à esquerda, sendo que o comportamento do leitor em relação a textos impressos é diferente da leitura *online*. O alinhamento à esquerda enfatiza a leitura em F, onde o usuário começa buscando informações ou palavras-chaves pelo topo, em seguida faz-se o escaneamento vertical do lado esquerdo da página, conferindo o restante do conteúdo. O resultado final é algo parecido com a letra “F” ou “E” (Figura 6). Portanto o alinhamento à esquerda causa melhor usabilidade em dispositivos móveis e web, pois informações do lado esquerdo e acima tem mais impacto visual no rastreamento do olhar (DESIGN CULTURE).

Figura 2 – Manual de Identidade Visual da UNIVÁS



Figura 3 - Paleta de cores do MPCAS

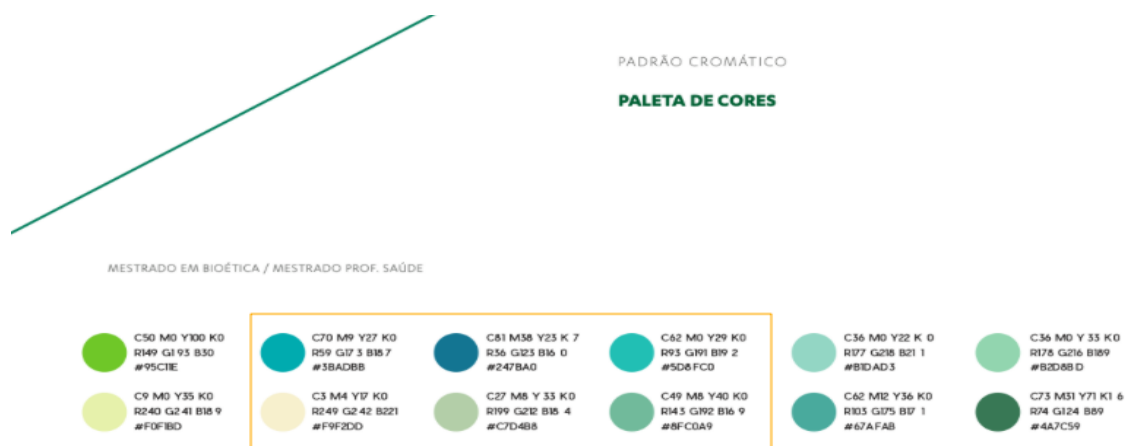


Figura 4 – Ilustrações na abertura dos capítulos



Figura 5 – Princípios Básicos do *Design*

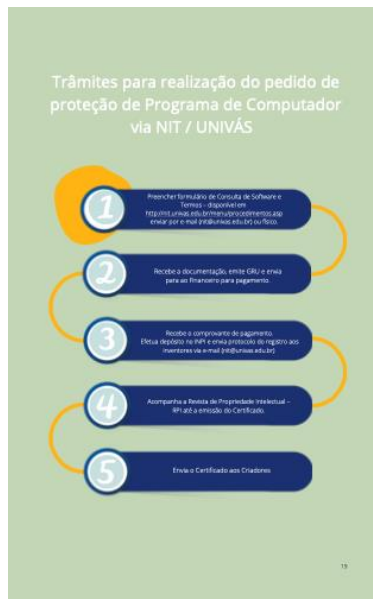


Figura 6 – Leitura em “F”

... e a obrigabilidade de sua criação, os NIT no Brasil estão em diferentes estágios. A maioria é subordinada a outros departamentos da instituição, como bibliotecas, por exemplo, não dispõe de autonomia de recursos financeiros significativamente destinados à gestão da política de inovação da ICT. Contam com uma equipe reduzida de funcionários e sofrem com a alta rotatividade de bolsistas e estagiários, que afetam o conhecimento, mas permanecem por pouco tempo, impedindo a rotina administrativa.¹⁷⁶

Algumas instituições só conseguiram de fato implementar seus NIT a partir de ações que disponibilizaram recursos para sua criação e implementação. Nesse sentido, a este Ministério da Propriedade Intelectual - RPI, associada sem fins lucrativos em o objetivo de apoiar as instituições científicas e tecnológicas do Estado de Minas Gerais na área de propriedade intelectual e de gestão da inovação, foi criada em 16 de julho de 2009. Com forte apoio da FAPESP desde sua criação, pôde, via ações propositivas a criação, estímulo e fortalecimento dos NIT, com recursos para compra de consumo, custos, insumos para contratação de pessoal para manter o quadro de colaboradores e instrumentos em parceria com o RPI, fortalecendo o desenvolvimento da produção do conhecimento científico e tecnológico no Estado. Mesmo com esse e outras ações em estado em todo Brasil à ICT mineiras, alguns NIT foram criados somente a partir de 2011.

O inciso das atividades do RPI/CT, em 2013, determinou a criação do NIT da UNIVÁS, visando a necessidade de gerar a proteção das criações intelectuais que foram geradas a partir da conclusão dos trabalhos dos mestrandos.

O NIT da UNIVÁS, criado pela Resolução CONEP/ME nº 1/2014, de 2 de abril de 2014, de acordo com o disposto na Lei nº 10.373/2004 e no Decreto nº 556/2005, em suas finalidades, pretendendo criar, gerar e atuar pela manutenção da política e incentivos à inovação tecnológica da UNIVÁS, estabelecendo estratégias e ações nacionais aos direitos de propriedade intelectual, tanto no ambiente interno como no ambiente externo da Universidade.

O NIT da UNIVÁS é relativamente novo. Apesar disso, consegue cumprir de maneira singular e profissional as competências atribuídas por lei, possui expressivo número de produções criadas no âmbito do RPI/CT e produções criadas nos cursos de graduação da UNIVÁS. O NIT da Univas está vinculado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROGRM) e é responsável por coordenar e gerir o mesmo. Visa a proteção da propriedade intelectual gerada à graduação, pós-graduação, fortalecimento na UNIVÁS e na sociedade. Todos os formulários para solicitação das estratégias, legislação, links úteis, informações, documentos e contatos, podem ser encontrados em: nit@univas.edu.uy.

3.5 Participantes

Para validação do Guia, foram convidados 21 professores que atuam como docentes permanentes dos cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu da Univás. A literatura sugere a necessidade de 6 a 20 juízes (HAYNES et al.,1995; ALEXANDRE e COLUCI, 2011).

3.5.1 Critério de inclusão dos Juízes

Ser docente permanente de curso de pós-graduação Stricto Sensu da UNIVÁS.

3.5.2 Critério de não inclusão dos Juizes

Docentes que não aceitaram participar da pesquisa

3.5.3 Critério de exclusão dos Juízes:

Não retornar a análise solicitada no prazo estabelecido.

3.6 Procedimentos

Após confecção, diagramação e correções do guia prático, realizou-se a validação através da participação de juízes.

Foram enviados, por *e-mail*, carta convite (Apêndice 1) e termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) (Apêndice 2). Após leitura da carta e assinatura do TCLE, os participantes eram convidados a analisar o Guia e responder a um questionário de avaliação (Apêndice 3).

A Carta-convite (Apêndice 1) continha apresentação inicial e elucidações sobre o tema da pesquisa, parecer do Comitê de Ética em Pesquisa e explicações sobre a importância da participação do juiz na pesquisa, o passo a passo das etapas para a efetiva participação dos profissionais, como também o prazo de 15 dias para a avaliação e encaminhamento das respostas, a contar o dia de entrega.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2) explicava o teor do estudo, garantindo o sigilo das informações pessoais e a livre decisão dele em querer ou não participar desta, além da ciência ao direito de retirar, a qualquer momento, o seu

consentimento de participação na pesquisa. Neste termo, foi solicitado, em caso de aceite, o nome do participante da pesquisa.

Os instrumentos foram enviados aos participantes da pesquisa por meio de correio eletrônico, com a disponibilização do *link* para acesso a ficha de dados pessoais e roteiro para a avaliação do Guia Prático Interação Universidade/Empresa e a Captação de Recursos (*Google Forms*), momento em que os participantes realizaram leitura e assinatura do TCLE. Os professores incluídos avaliaram, por meio do questionário (Apêndice 3), os seguintes itens do Guia: Avaliação geral, *layout*, facilidade de entendimento e uso, linguagem utilizada, quanto ao entendimento dos temas abordados: quanto ao conteúdo e informações, estrutura, plano de trabalho, recursos necessário e tomada de decisão para elaboração de projetos em parceria ou não. Em todos os itens, foram incluídos espaços para que os professores pudessem inserir opiniões e sugestões próprias. Foi utilizada, nas questões de avaliação do Guia, a Escala de Likert, tendo como opções de respostas: totalmente adequada; adequada; parcialmente adequada; inadequada e não se aplica.

Na análise dos dados, foram consideradas validadas as respostas marcadas com classificação 3 (adequado) ou 4 (totalmente adequado). As respostas com classificação 1 (inadequado) ou 2 (parcialmente adequado) e (não se aplica) não foram pontuadas. As sugestões apresentadas pelos juízes foram avaliadas pelos autores, quanto à possibilidade de serem incluídas ou não. Caso houvesse disparidade nas respostas, realizar-se-ia nova rodada de validação.

As avaliações seguiram orientações de estudos anteriores sobre método de avaliação (GRANT e DAVIS, 1997). Questões que recebessem classificações 1 (inadequada) ou 2 (parcialmente adequada) e 0 (não se aplica) seriam reenviadas aos juízes na segunda rodada de avaliação com sugestões feitas para novo julgamento alcançando o consenso de aprovação entre os juízes. Este tipo de procedimento adotado chama-se técnica de Delphi. A técnica de Delphi é um método para julgamento de informações por um conjunto de especialistas até que se chegue a um consenso por esses. Com a finalidade de aperfeiçoar o instrumento são aplicados sucessivos questionários que podem ser estruturados ou não. Nesse questionário o pesquisador deve explorar os pontos que deseja saber sobre a opinião dos especialistas (GRANT e DAVIS, 1997).

3.7. Método estatístico

Os dados foram tabulados no *Microsoft Excel* 2016 e submetidos à análise estatística. Foram utilizadas medidas de tendência central para variáveis quantitativas e frequência absoluta e relativa para variáveis categóricas. Utilizou-se o programa *Minitab* versão 19.1 e *Statistical Package for the Social Sciences, inc.(SPSS)* Chicago, USA, versão 26.0. O nível de significância utilizado como critério de aceitação ou rejeição nos testes estatísticos foi de 5% ($p < 0,05$).

Para análise dos resultados foram aplicados:

- **Coefficiente Alfa de Cronbach (α)**, utilizado para avaliar a consistência interna do questionário, foi apresentado por Lee J. Cronbach Lee, em 1951, como uma forma de estimar a confiabilidade de um questionário aplicado em uma pesquisa. Ele mede a correlação entre respostas em um questionário, através da análise das respostas dadas pelos respondentes, apresentando uma correlação média entre as perguntas. O coeficiente α é calculado a partir da variância dos itens individuais e da variância da soma dos itens de cada avaliador de todos os itens de um questionário, que utilizem a mesma escala de medição (BLAND e ALTMAN, 1997).
- **O Índice de Validação de Conteúdo - IVC** foi utilizado para quantificar o grau de concordância entre os respondentes, sobre determinados aspectos do instrumento e de seus itens. Permitiu inicialmente analisar cada item individualmente e depois o instrumento como um todo.

4. RESULTADOS

4.1 Caracterização dos juízes

Para avaliação da confiabilidade do conteúdo do Guia, foram convidados 21 professores, 13 retornaram a pesquisa no tempo estipulado, sendo 6 homens e 7 mulheres, com idade média de 53 anos e mais de 10 anos de atividade profissional. Quanto à titulação, três juízes apresentavam pós-doutorado e 10 eram doutores (Tabela 1).

Tabela 1 – Perfil dos professores/juízes

Tempo de formação	Quantidade	%
Menos de cinco anos	0	0,00%
Entre cinco e dez anos	0	0,00%
Mais de dez anos	13	100,00%

Tempo de Experiência em Docência/Pesquisador na Univás	Quantidade	%
Menos de cinco anos	1	7,69%
Entre cinco e dez anos	3	23,08%
Mais de dez anos	9	69,23%

Maior titulação	Quantidade	%
Mestrado	0	0,00%
Doutorado	10	76,92%
Pós-doutorado	3	23,08%

Sexo	Quantidade	%
Masculino	5	38,46%
Feminino	8	61,54%

Utilizou-se a técnica de Delphi para avaliação dos professores/juízes em relação à avaliação do conteúdo (Tabela 2).

Figura 2 – Respostas dos juízes pela técnica de Delphi

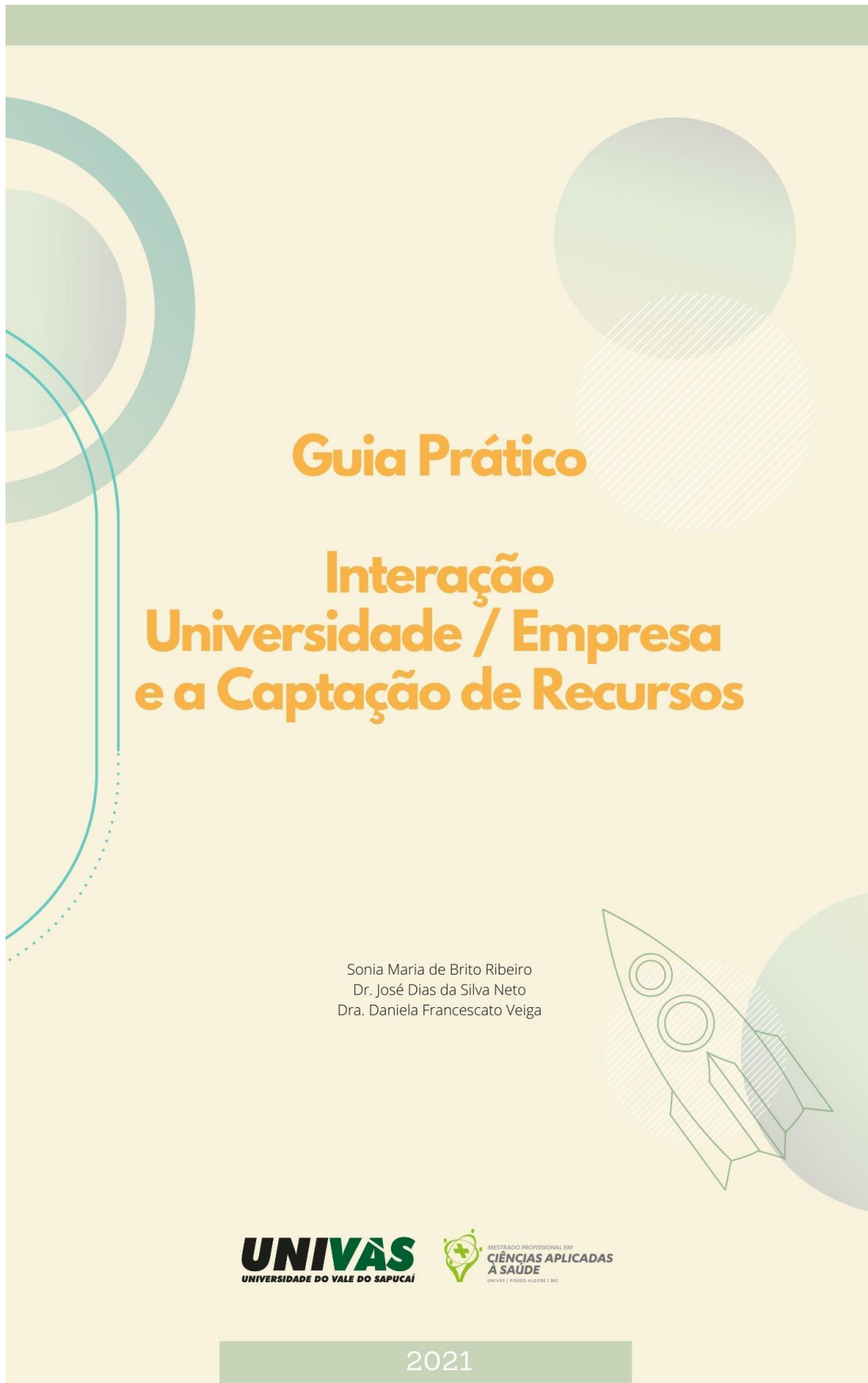
Técnica Delphi						
Avaliação						
Questões	Adequada		Totalmente Adequada		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Avaliação Geral do Guia	1	7,69	12	92,31	13	100
Quanto ao Layout	2	15,38	11	84,62	13	100
Quanto a facilidade de entendimento e uso do Guia	2	15,38	11	84,62	13	100
Quanto à linguagem utilizada	2	15,38	11	84,62	13	100
Quanto aos temas abordados						
Recursos financeiros para projetos de PD&I	2	15,38	11	84,62	13	100
Propriedade Intelectual	1	7,69	12	92,31	13	100
Programa de computador	0	0,00	13	100,00	13	100
Trâmites para realização do pedido de proteção do programa de computador via NIT/UNIVÁS	13	100,00	13	100,00	13	100
Patente	13	100,00	13	100,00	13	100
Trâmites para realização de pedido de patente via NIT/UNIVÁS	13	100,00	13	100,00	13	100
O Núcleo de Inovação da UNIVÁS é capaz de contribuir de forma eficaz para a realização dos trâmites das proteções?	13	100,00	13	100,00	13	100
Quanto ao conteúdo e as informações						
Contribuem para auxiliar na elaboração de Projetos de PD&I?	1	7,69	12	92,31	13	100
Contribuem para auxiliar na elaboração da	1	7,69	12	92,31	13	100

Estrutura do Projeto?

Contribuem para auxiliar na elaboração do Plano de Trabalho do Projeto de PD&I?	1	7,69	12	92,31	13	100
Consegue esclarecer sobre os recursos necessários para a execução do Projeto de PD&I?	1	7,69	12	92,31	13	100

Avaliou-se a consistência interna do questionário definida através dos valores aceitáveis de alfa que variam entre 0,71 a 0,91 ou mais. O Guia obteve resultado de alfa de 0,9288.

4.2. Produto



Ribeiro, Sonia Maria de Brito.

Guia Prático - Interação universidade-empresa e a captação de recursos / Sonia Maria de Brito Ribeiro, José Dias da Silva Neto e Daniela Francescato Veiga. – Pouso Alegre: Univas, 2021.

36p. : il.

ISBN: 978-65-990645-9-3 Formato: Digital

1. Economia. 2. Inovação. 3. Propriedade intelectual. 4. Financiamento de Pesquisa. 5. Parceria Público Privada. I. Siva Neto, José Dias. II. Veiga, Daniela Francescato. IV. Título.

CDD – 378.81

Criação e informação:
Sonia Maria de Brito Ribeiro

Equipe de elaboração:
Sonia Maria de Brito Ribeiro
Prof. Dr. José Dias da Silva Neto
Profª. Drª Daniela Francescato Veiga

Guia Prático: Interação Universidade / Empresa e a Captação de Recursos

Elaborado como produto do Mestrado Profissional
em Ciências Aplicadas à Saúde

2021

©2021 Sonia Brito

Projeto gráfico e diagramação por
Lindsay Ribeiro
Moon Arte & Design
Rua Araraquara 27
São José dos Campos / SP

Todos os direitos reservados.
É permitida a reprodução parcial desta
obra, desde que seja citada a fonte.
Proibido uso comercial.

Sonia Maria de Brito Ribeiro

Graduação em Tecnologia em Processos Gerenciais pelo Centro Universitário Internacional UNINTER. Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde na Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS. Atua na área de Propriedade Intelectual, presta assessoria e orientação para estruturação e reestruturação de Núcleos de Inovação Tecnológica e trâmites para a proteção intelectual em todos os aspectos.

Prof. Dr. José Dias da Silva Neto

Graduação em Odontologia pelo Instituto Superior de Ciências Letras e Artes de Três Corações, Especialização em Endodontia pela Universidade Federal de Alfenas, Mestrado em Endodontia pela Universidade Federal de Alfenas, Doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo, Professor do Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) e Pró-reitor de Pós-graduação e Pesquisa da UNIVÁS.

Prof^a. Dr^a Daniela Francescato Veiga

Graduação em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Vale do Sapucaí, mestrado em Cirurgia Plástica Reparadora pela Universidade Federal de São Paulo, Livre-Docência em Cirurgia Plástica pela Universidade Federal de São Paulo. Docente permanente do Mestrado Profissional em Ciências aplicadas à Saúde da Universidade do Vale do Sapucaí. Membro do Comitê de Avaliação da Área Medicina III da Capes. Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq nível 1D.



CONTEÚDO

- Contexto 1
- Introdução à inovação 2
- Análises para estabelecer parcerias 3
- Os Atores do Processo 4
- Alguns Ganhos na Interação
Universidade / Empresa 5
- Recursos Financeiros 6
- Propriedade Intelectual 7
- Passo a Passo Para a Elaboração
de Um Bom Projeto de Interação 8

1 Contexto



Este Guia Prático foi elaborado com o propósito de orientar a comunidade acadêmica na análise de viabilidade para estabelecer parcerias e a melhor forma de interação para a captação de recursos e a elaboração de Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação _PD&I, tendo como ‘objeto de estudo’ a Universidade do Vale do Sapucaí – Univás.

Captação de recursos é a ação desenvolvida pelas organizações sem fins lucrativos para que, a partir de um conjunto de estratégias e processos, levã^{1,2}ntem e mobilizem recursos financeiros para o financiamento e sustentabilidade institucional .

O baixo estímulo, por parte do Estado, à instalação e manutenção de atividades relacionadas a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), é visto de maneira preocupante pelas instituições de ensino. Nesse sentido, sabendo-se que é de fundamental importância que o país invista em inovação, para garantir seu espaço no mercado internacional, universidades e empresas podem colaborar para criar canais de captação de recursos direcionados a p³rojetos de PD&I não contemplados, parcial ou integralmente, por recursos públicos .

Outra visão que permeou a elaboração do presente guia prático define-se pela situação estabelecida por editais publicados, destinando recursos para as áreas de saúde e educação. Identificou-se a impossibilidade da participação de Fundações (Terceiro setor). Considerando que a captação de recursos via editais poderia ser possibilidade descartada para instituições como a Univás, que é mantida pela Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (FUVS). Outro ponto relevante é que o Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde (MPCAS) da Univás apresenta competências para suprir demandas e necessidades específicas da comunidade. Desta maneira, torna-se fundamental promover parcerias e importante interação em diferentes frentes, seja na transferência de tecnologia, no desenvolvimento de produtos junto às empresas farmacêuticas ou mesmo na identificação e solução de problemas de saúde da cidade de Pouso Alegre e região.



2

Introdução à inovação



Inovação é a ação ou o ato de inovar, ou seja, modificar antigos costumes, manias, legislações, processos e ainda efeito de renovação ou criação de uma novidade.

O conceito de inovação é bastante utilizado no meio empresarial. Neste sentido, o ato de inovar significa a necessidade de criar estratégias diferentes para atingir determinado objetivo. No entanto, muitos relacionam inovação apenas à criação de novos produtos, sendo que a possibilidade de inovar pode abranger não apenas processos ou produtos, conhecidas como inovações tecnológicas, mas podem se relacionar ainda outros tipos de inovação, como a de novos mercados, modelos de negócios ou métodos organizacionais⁴.

Inovação tecnológica fora do mercado/indústria não é inovação, e sim produto. Inovar demanda esforço! Inovar é o conhecimento incorporado a produtos e processos, que se difundem no mercado, tornando-se importante para a sociedade⁵.

A universidade tem papel fundamental na inovação. Apresenta ambiente gerador de conhecimento e perspectivas naturais de criação, principalmente no tocante a processos de inovação em parceria com empresas⁵.



3 Análises para estabelecer parcerias

As instituições de ensino nem sempre consideram interagir com as empresas, acreditando ser difícil estabelecer parcerias em decorrência das diferentes normas e políticas internas das duas entidades.

Em mais de 15 anos de trabalho da autora com propriedade intelectual, foi possível observar as dificuldades de interação e estabelecimento de parcerias universidade/empresa, principalmente por diferenças de ordem legislativa.

As empresas costumam utilizar a análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*), uma importante ferramenta para o planejamento estratégico de negócios direcionada para o posicionamento e competitividade, que analisa seus pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, relacionadas ao ambiente competitivo, ao seu negócio atual e futuro. O mesmo poderia ou deveria acontecer nas Instituições de Ensino Superior⁶⁻⁷.

As empresas costumam trabalhar ainda com estratégia tecnológica, que é a forma de realizar planejamento objetivo para definir as necessidades tecnológicas e identificar possíveis caminhos para o seu desenvolvimento a curto e longo prazo. Podem ainda desenvolver novas tecnologias ou optar por estratégia tecnológica já existente⁶⁻⁷.

Assim, sendo a Univás objeto de estudo para este guia, é importante que os docentes e alunos do MPCAS estejam alinhados e conheçam as estratégias tecnológicas que as empresas utilizam, a fim de estabelecer parcerias que possam atingir suas metas e objetivos, apresentando portfólio de tecnologias desenvolvidas a partir de demandas identificadas junto às empresas, em projetos de PD&I ou novas pesquisas para soluções e competências necessárias.



O fato é que, para estabelecer parcerias, é preciso pensar em conhecer as necessidades do provável parceiro e deixar claras as expertises da Instituição. É necessário saber se a Empresa está aberta para estabelecer parcerias e entender os critérios que adota. Conhecer sua cultura de inovação e os aspectos de sigilo, suas necessidades de desenvolver novas tecnologias, processos e produtos⁸. É preciso que a Empresa parceira acredite que o pesquisador vai concluir a pesquisa, porque este é um fator preocupante na hora de estabelecer uma parceria.

As parcerias podem se estabelecer por diversos meios, como acordos de cooperação e convênios, sendo estes bem comuns nas Universidades. Esses acordos devem prever regras bem definidas, como o sigilo, obrigações das partes, uso das informações, publicações, prazo e direitos de propriedade intelectual, a fim de resguardar o interesse comercial e a apresentação dos projetos de PD&I, prevenindo ou mesmo evitando problemas jurídicos futuros.

Neste sentido, a Univás possui suas competências internas bem estabelecidas, conta com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) que consegue fazer a gestão da Propriedade Intelectual gerada na instituição, dos termos de propriedade intelectual e confidencialidade, possui regulamento sobre proteção do patrimônio intelectual, e disponibiliza modelos de contratos, convênios e acordos aprovados pelo setor jurídico da FUVS.





No tocante às expertises do Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde (MPCAS) da Univás, suas linhas de atuação científico-tecnológicas (LACT), descritas em (<http://pos.univas.edu.br/mestrado-saude/pt/menu/lacts.asp>), induzem significativamente à criação intelectual, que se traduz tanto em pedidos de patente como em registro de programas de computador, com impacto significativo para a sociedade. Possibilitam amplamente o estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de novos produtos e soluções de possíveis necessidades em saúde da região. As LACT do MPCAS são abaixo descritas:

- **Fitoterapia e plantas medicinais em lesões teciduais**

" O desenvolvimento e a produção de medicamentos fitoterápicos permite aproveitar economicamente e de maneira sustentável a biodiversidade brasileira. Em Minas Gerais, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, existe tradição no uso de plantas medicinais no tratamento de lesões teciduais. O mercado consumidor de medicamentos feitos a partir de plantas tem crescido progressivamente, levando a uma busca crescente da indústria farmacêutica por compostos naturais e à validação científica de inúmeras plantas de uso popular. Esta linha de atuação científico-tecnológica visa ao desenvolvimento de produtos fitoterápicos voltados ao diagnóstico, prevenção e tratamento de lesões teciduais, abrangendo desde o desenvolvimento de matérias-primas fitoterápicas de alta qualidade, a criação e produção de produtos fitoterápicos, testes pré-clínicos e clínicos destes produtos e avaliações de seu custo-efetividade."

- **Gestão e qualidade em lesões teciduais**

" Essa linha de atuação científico-tecnológica tem por objetivos identificar problemas e oportunidades de aprimoramento na gestão pública e também no setor privado, em áreas que envolvem a saúde da população geral ou de grupos específicos, no que tange a prevenção e o tratamento de lesões teciduais. E, a partir da identificação de demandas e oportunidades, desenvolver projetos visando à promoção da qualidade de produtos e serviços, e à criação de políticas e ferramentas de gestão que permitam a incorporação de segurança e qualidade a produtos e serviços na área de lesões teciduais."

- **Padronização de procedimentos e inovações em lesões teciduais**

" Evidências da efetividade de práticas habituais em saúde são progressivamente exigidas, criando demanda por estudos capazes de fornecer evidências científicas robustas para responder a questões clínicas de interesse. Paralelamente, o desenvolvimento tecnológico tem permitido grandes avanços na prevenção de lesões e regeneração tecidual. Esta linha de atuação científico-tecnológica tem por objetivo salientar a importância da atuação multidisciplinar no processo de padronização de produtos e serviços e no desenvolvimento de soluções criativas e inovadoras para prevenção, diagnóstico e reparação de lesões teciduais, que sejam custo-efetivas e tenham aplicabilidade imediata para o setor produtivo e a sociedade."

Em uma análise básica das LACT pode-se identificar várias empresas na região de Pouso Alegre que seriam passíveis de efetivar parcerias para projetos de PD&I, pois a região conta com indústrias químicas e farmacêuticas que compreendem linhas completas de medicamentos, vitaminas, higiene e beleza, cosméticos e dermocosméticos. Áreas em que a maioria dos pedidos de patente da Univás se destaca.

4 Os atores do processo

Cabe sempre à Universidade o papel da geração e desenvolvimento de conhecimento, que pode e deve ser aplicado às questões práticas da Empresa.

Portanto, Universidade e Empresa são os atores principais do processo de parceria⁹.

A Inovação geralmente acontece na Empresa, e este fato determina o papel de cada um. Cabe à Universidade identificar as demandas das empresas com as quais pode desenvolver parcerias.

Ganham, com a parceria, a Universidade, que cumpre seu papel social de geração de conhecimento e de novas tecnologias, e a Empresa, que agrega valor, obtendo diferencial e estabelecendo competitividade.



5

Ganhos na interação Universidade / Empresa

EMPRESA

- Estar em contato com graduandos, mestrandos e doutorandos, propiciando identificação de potencial para recrutamento especializado;
- Usufruir do compartilhamento de laboratórios e até mesmo técnicas que seriam, por vezes, inviáveis à manutenção em sua própria estrutura;
- Ter acesso a especialistas, que provavelmente não conseguiria manter em seu quadro de funcionários;
- Ter acesso a conhecimento restrito.

UNIVERSIDADE

- Ter acesso a processos e métodos da empresa que poderão contribuir na formação de seus alunos;
- Conhecer equipamentos e infraestrutura de produção que não estão ao alcance de seus laboratórios;
- Captar recursos financeiros por meio de linhas de fomento para ampliação de suas pesquisas e laboratórios;
- Aplicar todo e qualquer resultado de pesquisa agregando valor para a sociedade.
- Obter receitas adicionais por meio da exploração dos resultados, licenciamento de tecnologia.

6 Recursos Financeiros

Os projetos de PD&I contam com ações dos governos para sua promoção, que são pautadas por políticas públicas, tendo em vista a realização de determinados objetivos.



No Brasil, de modo geral, existem ofertas de recursos destinados ao apoio financeiro à PD&I que são destinados pelas esferas de governo federal, estadual e até municipal, investidores privados e organizações sem fim lucrativos¹⁰⁻¹¹.

Estes recursos podem ser:

- **Reembolsáveis:** São empréstimos com taxas de juros reduzidos oferecidos à Micro, Pequenas e Médias Empresas, oferecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); contudo existe a necessidade de oferecer garantias.

- **Não Reembolsáveis:** São recursos de fomento destinados, na sua grande maioria, à execução de projetos conjuntos de PD&I com Instituição Científico-Tecnológica (ICT) parceira. Os principais agentes destes fomentos são: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAP), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE. Nestes fomentos existe maior restrição nos itens financiáveis, sendo exigida contrapartida por parte da Empresa entre 10 a 70% do valor do projeto.



- **Capital de Risco:** São fundos de Venture Capital e investidores privados que ofertam recursos financeiros para negócios inovadores em troca de participação no capital social da Empresa. No Brasil estes fundos, em sua maioria, são fomentados pela FINEP. Os investidores “Anjos” são profissionais privados (empresários, executivos, profissionais liberais) bem experientes que, além de recursos financeiros, ainda conseguem agregar valor ao projeto e investem geralmente em empresas recém criadas com potencial de crescimento (Start-ups).



Existem ainda outras formas de incentivos, como a Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), que oferece redução de até 34% no Imposto de Renda e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; redução de 50% no Imposto sobre os Produtos Industrializados e na compra de equipamentos exclusivos e amortização nos gastos para aquisição de bens intangíveis destinados à PD&I, além de outros benefícios. Portanto, muitas empresas, visando algum tipo de benefício, ainda se utilizam desta Lei.

7 Propriedade Intelectual

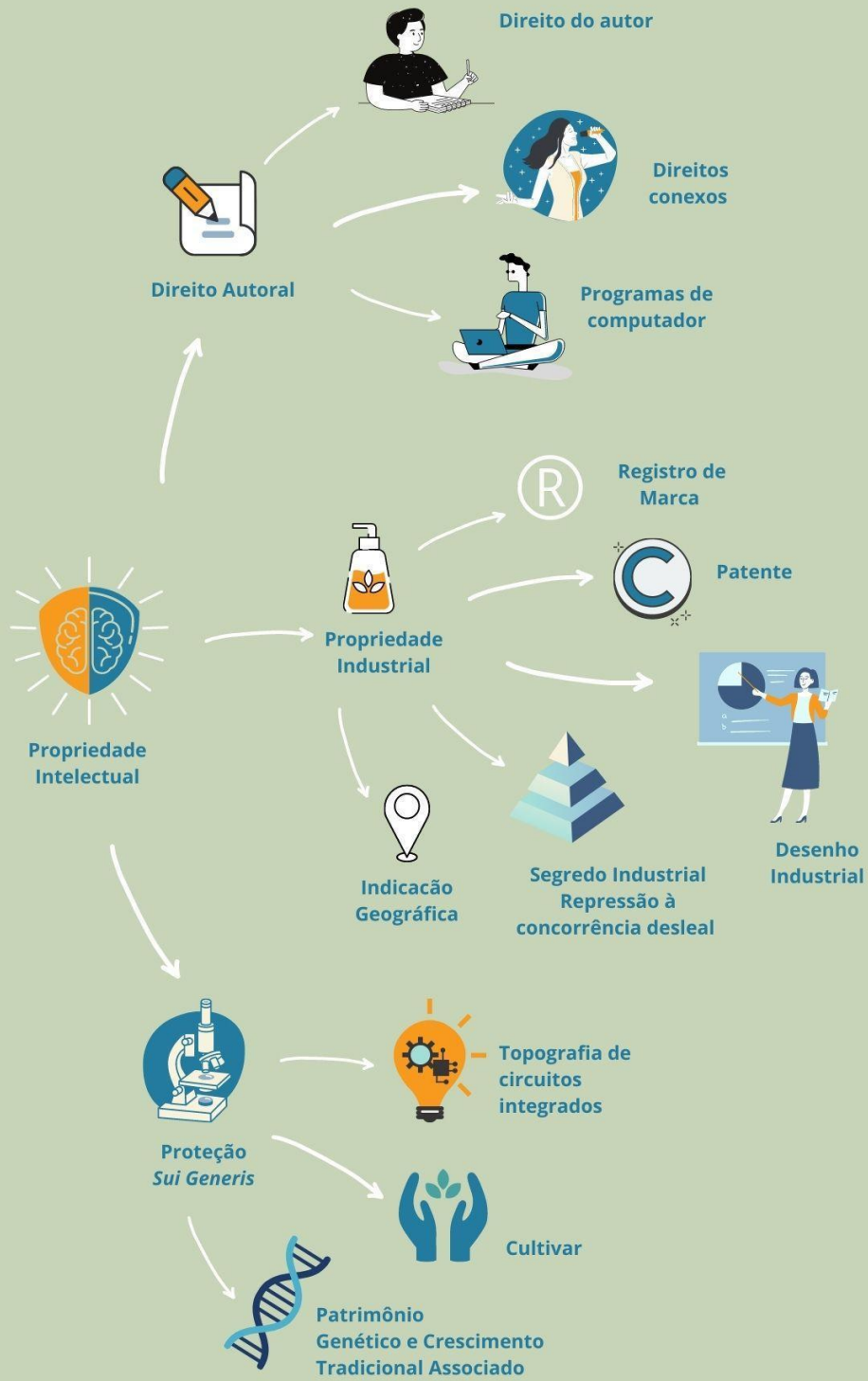


" A Propriedade Intelectual é um ramo do Direito que trata da propriedade dos bens imateriais ou incorpóreos, resultantes da manifestação intelectual do ser humano. "

" Engloba o campo da Propriedade Industrial, os direitos autorais e outros direitos sobre bens imateriais de vários gêneros, tais como os direitos conexos e as proteções sui generis. A Propriedade Industrial é o conjunto de direitos que compreende as patentes de invenção e de modelos de utilidade, os direitos de desenho industrial, as marcas e as indicações geográficas, bem como a repressão da concorrência desleal." ¹²

A lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, conhecida como Lei da Propriedade Industrial (LPI), regula os direitos e obrigações relativos à Propriedade Industrial, considerando o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país, estabelecendo a concessão de patentes. Esta lei, e mais outras oito, sofreram alterações consideráveis com a publicação da lei federal nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, que dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação.

Proteção Intelectual





Propriedade Intelectual



“

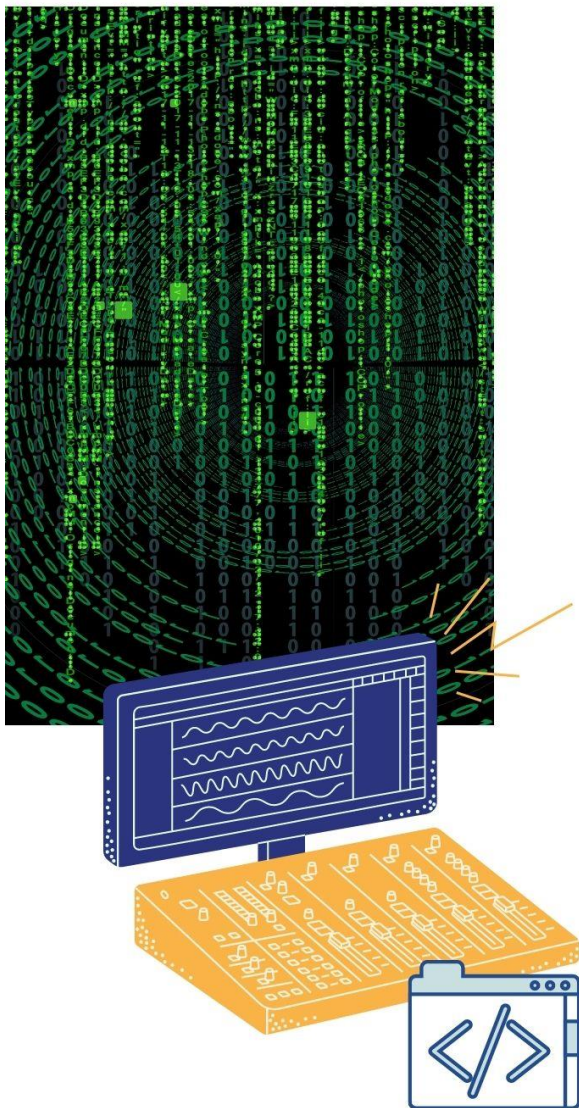
**A Propriedade Intelectual
impulsiona a inovação,
estimula a criação
humana e o contínuo
desenvolvimento
científico, tecnológico e
cultural de uma nação**

Portal da Industrial

A expectativa quanto à publicação destas alterações era grande, principalmente no meio acadêmico e científico, pelas modificações e simplificações no tocante à interação Universidade/Empresa e nas competências dos Núcleos de Inovação (NIT), fortalecendo a importância na gestão da Inovação¹¹.

A finalidade principal do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), de acordo com o art. 2º da LPI, também alterada pela lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016, é executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a Propriedade Industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como se pronunciar quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre Propriedade Industrial.

A proteção intelectual (PI) é de extrema importância e relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação de um país. Por isso, o Brasil implementou políticas de incentivo à geração de propriedade intelectual e inovação com a aprovação e alteração de várias leis, tais como a Lei de Inovação, nº 10.973/2004, e o seu Decreto Regulamentador nº 5.563/2005, as leis estaduais de inovação e a Lei do Bem, nº 11.196/2005 que estabelecem mecanismos importantes para a desoneração dos investimentos em projetos de inovação.



Programa de computador

Neste Guia, a intenção, ao abordar a Propriedade Intelectual e os direitos dos criadores, foi tornar o tema familiar à comunidade acadêmica a fim de que todos trabalhem na elaboração de projetos de forma adequada. Neste caso serão descritas, a seguir, os tipos de proteção mais comuns da UNIVÁS:

- **Programa de Computador:**

Definido pela Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998, em seu art. 1º, como sendo a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados. O programa de computador tem o direito autoral assegurado por 50 anos, a partir de 1º de janeiro do ano subsequente à sua publicação. O registro não é territorial, isto é, sua abrangência é internacional, compreendendo os 175 países signatários da Convenção de Berna 1886, estabelecida pelo decreto No 75.699, de 6 de maio de 1975. A proteção para o programa de computador está na expressão e não na solução alcançada. Compreende o código fonte, estrutura interna, fluxogramas, requisitos funcionais e manuais.

Trâmites para realização do pedido de proteção de Programa de Computador via NIT / UNIVÁS





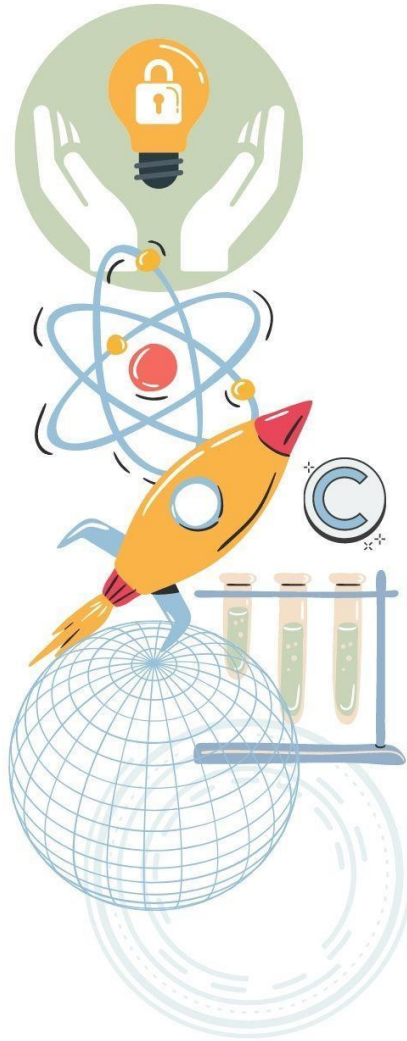
Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado

- **Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional**

Associado: A lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Essa legislação tem estreita relação com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Esta Convenção foi assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, a Rio 92. Os objetivos da CDB são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

Os objetivos da CDB são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

Patente



- **Patente:** " Título de propriedade temporária sobre uma invenção, outorgado pelo Estado aos inventores ou à pessoa legitimada. "A patente confere ao seu titular o direito de impedir terceiro, sem o seu consentimento, de produzir, usar, colocar à venda, vender ou importar o produto ou processo objeto da patente." A patente tem propriedade limitada temporalmente, diferentemente de outros sistemas de propriedade. A validade limitada a um determinado período de tempo, permite que: após transcorrido esse período, a patente caia em domínio público, ficando assim livre para ser usada por toda sociedade, incentivando o pesquisador a progredir na pesquisa de aperfeiçoamentos, buscando evitar a superação por seus concorrentes. A patente é válida apenas nos países onde foi requerida e concedida, cada país é soberano para conceder ou não a patente independente da decisão em outros países, sobre pedidos de patentes correspondentes ".





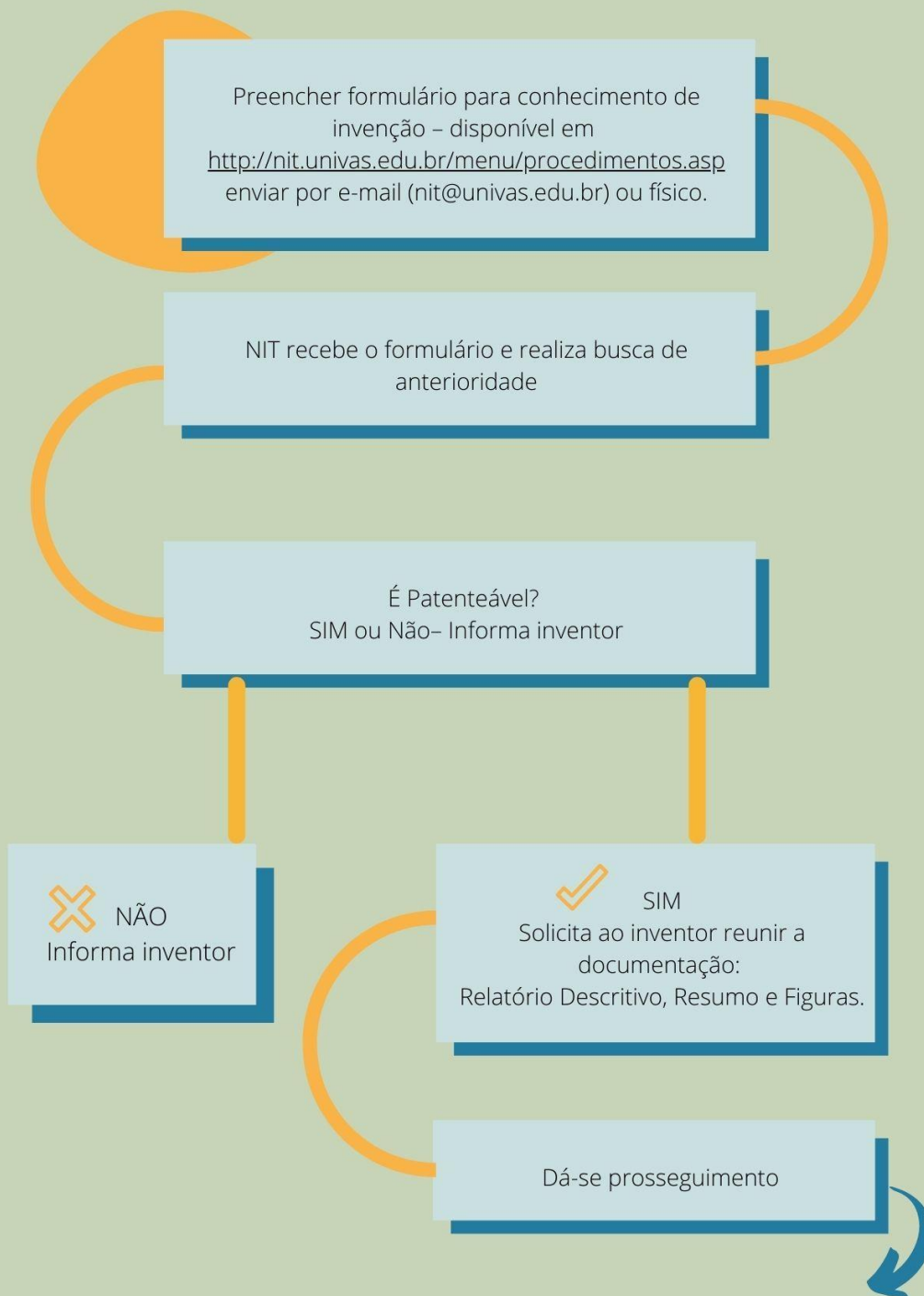
Tipos de Patente:

- **Patente de Invenção (PI)** - para novas tecnologias, sejam associadas a produto ou a processo, como um novo motor de carro ou uma nova forma de fabricar medicamentos ou uso para outro fim de algo já existente¹⁰.
- **Patente de Modelo de Utilidade (MU):** para novas formas em objetos de uso prático, como utensílios e ferramentas, que apresentem melhorias no seu uso ou na sua fabricação¹⁰.
- **Registro de Marca:** “ É todo sinal distintivo, visualmente perceptível, que identifica e distingue produtos e serviços, bem como certifica a conformidade dos mesmos com determinadas normas ou especificações técnicas. A marca registrada garante ao seu proprietário o direito de uso exclusivo em seu território nacional em seu ramo de atividade econômica. Ao mesmo tempo, sua percepção pelo consumidor pode resultar em agregação de valor aos produtos ou serviços. As marcas possuem uma vigência de 10 anos, prorrogáveis por período igual e sucessivo conforme Lei 9.279/1996 ”.

Para a obtenção da propriedade intelectual (patentes, marcas, registro de programa de computador, entre outros) faz-se necessário o conhecimento de procedimentos detalhados que precisam ser realizados de forma adequada para garantir notoriedade e evitar problemas futuros. Para isso, as universidades devem contar com a expertise de seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).



Trâmites para realização do pedido de Patente via NIT / UNIVÁS



O Relatório Descritivo e Reinvidicações devem ser redigido com auxílio do NIT.
Acessar Templates e Termos disponíveis em:
<http://nit.univas.edu.br/menu/procedimentos.asp>

NIT Recebe a documentação; realiza adequações e emite GRU.

Encaminha GRU para o Financeiro providenciar o pagamento.

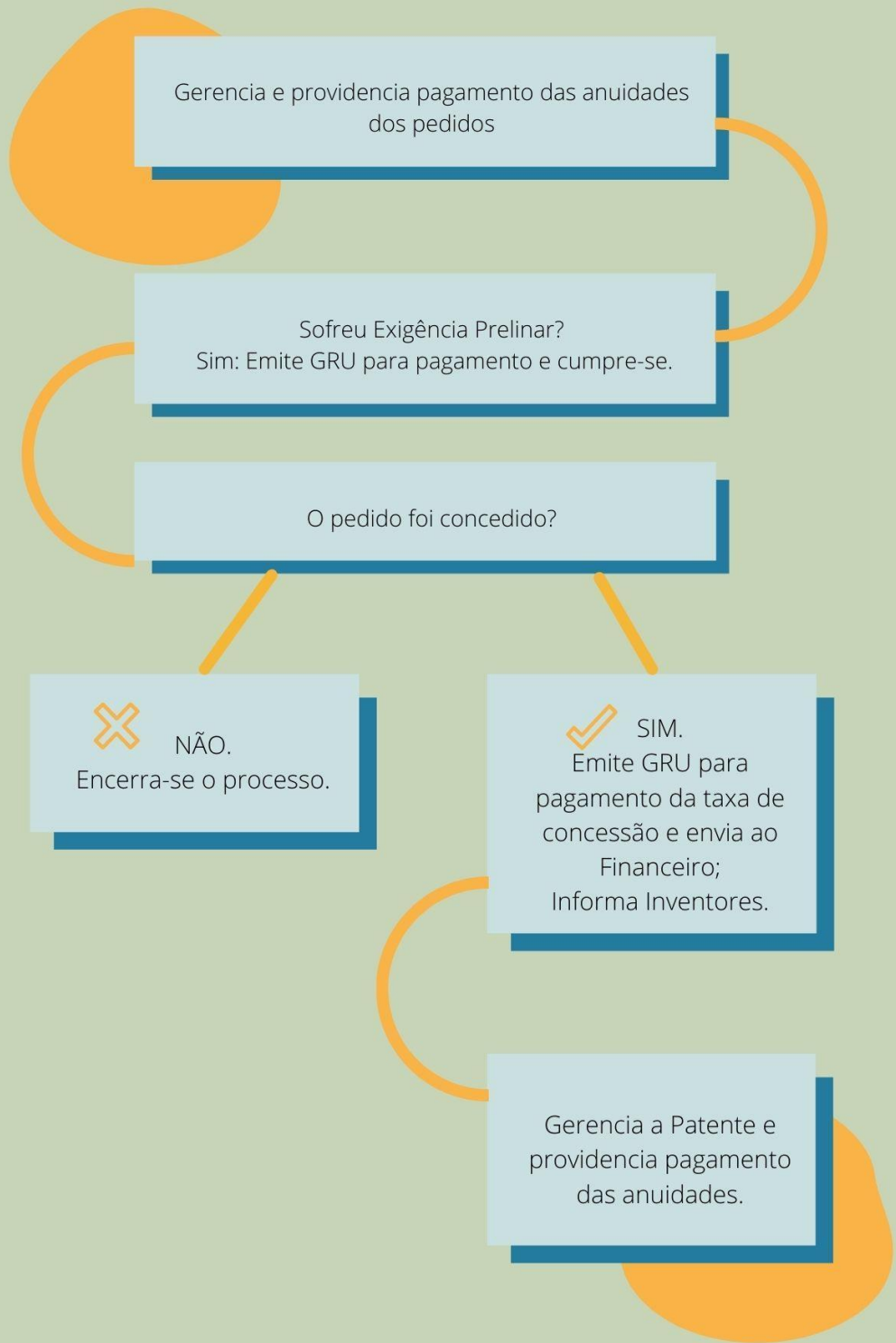
Recebe o comprovante de pagamento.
Efetua depósito no INPI e envia protocolo do pedido aos inventores via e-mail (nit@univas.edu.br)

Acompanhamento da Revista de Propriedade Intelectual - RPI.

Sofreu Exigência Formal?

NÃO.
Segue acompanhamento.

SIM.
Cumpre-se.



A Lei de Inovação 10.973/3004 de 2004 instituiu a obrigatoriedade de as Universidades criarem seus NIT, para se tornarem um instrumento importante na promoção da inovação e a adequada proteção das invenções geradas nas ICT e ainda a transferência dessas tecnologias ao setor produtivo, visando o desenvolvimento tecnológico regional e nacional e ainda, com o importante papel de promover a cultura da inovação nas ICT e a proteção do conhecimento gerado na instituição.

A Lei n. 13.243 de 2016, também conhecida como Novo Marco Legal de Inovação, ampliou, e muito, as atribuições do NIT. O novo Marco Legal de CT&I estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e do desenvolvimento industrial do país. Essas atribuições são transcritas a seguir:

§ 1º São competências do Núcleo de Inovação Tecnológica a que se refere o caput, entre outras:

- I – zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;
- II – avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;
- III – avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;
- IV – opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;
- V – opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;
- VI – acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição;
- VII – desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as ações de inovação da ICT;
- VIII – desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT;
- IX – promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º;
- X – negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT.

Antes mesmo da lei de inovação, algumas instituições já dispunham de estruturas equivalentes ao NIT e com diferentes denominações voltadas à proteção da propriedade intelectual, tais como, agências de inovação, escritórios de transferência de tecnologia.

Nestes casos, a criação do NIT foi mera formalidade, pois a estrutura já existia de fato para atender as necessidades da instituição e algumas nem alteraram sua denominação para Núcleo de Inovação Tecnológica, mantendo sua denominação original. No entanto, muitos NIT foram criados apenas por obediência à legislação e enfrentaram, e alguns ainda enfrentam, dificuldades na missão de fomentar a cultura da inovação e até mesmo para cumprirem suas atividades mais básicas¹⁵⁻¹⁶.

Desde a obrigatoriedade de sua criação, os NIT no Brasil estão em diferentes estágios. A maioria é subordinada a outros departamentos da Instituição, como Pró-reitorias, por exemplo, não dispondo de autonomia ou recursos financeiros especificamente destinados à gestão da política de inovação da ICT. Contam com uma equipe reduzida de funcionários e sofrem com a alta rotatividade de bolsistas e estagiários, que absorvem o conhecimento, mas permanecem por pouco tempo, prejudicando a rotina administrativa¹⁵⁻¹⁶.

Várias instituições só conseguiram de fato implementar seus NIT a partir de editais que disponibilizaram recursos para sua criação e estruturação. Neste sentido a Rede Mineira de Propriedade Intelectual – RMPI, associação sem fins lucrativos com o objetivo de apoiar as instituições científicas e tecnológicas do Estado de Minas Gerais na área de propriedade intelectual e de gestão da inovação, foi criada em 16 de julho de 2003. Com forte apoio da FAPEMIG desde sua criação, pôde, via editais propiciar a criação, estruturação e fortalecimento dos NIT, com recursos para compra de consumo, custeio, bolsas para contratação de pessoal para compor o quadro de colaboradores e treinamentos em parceria com o INPI, fortalecendo o desenvolvimento da proteção do conhecimento científico e tecnológico no Estado. Mesmo com esse e outros apoios em editais em todo Brasil às ICT mineiras, alguns NIT foram criados somente a partir de 2011.

O início das atividades do MPCAS, em 2013, determinou a criação do NIT da UNIVÁS, visando a necessidade de gerir a proteção das criações intelectuais que seriam geradas à partir da conclusão dos trabalhos dos mestrados.

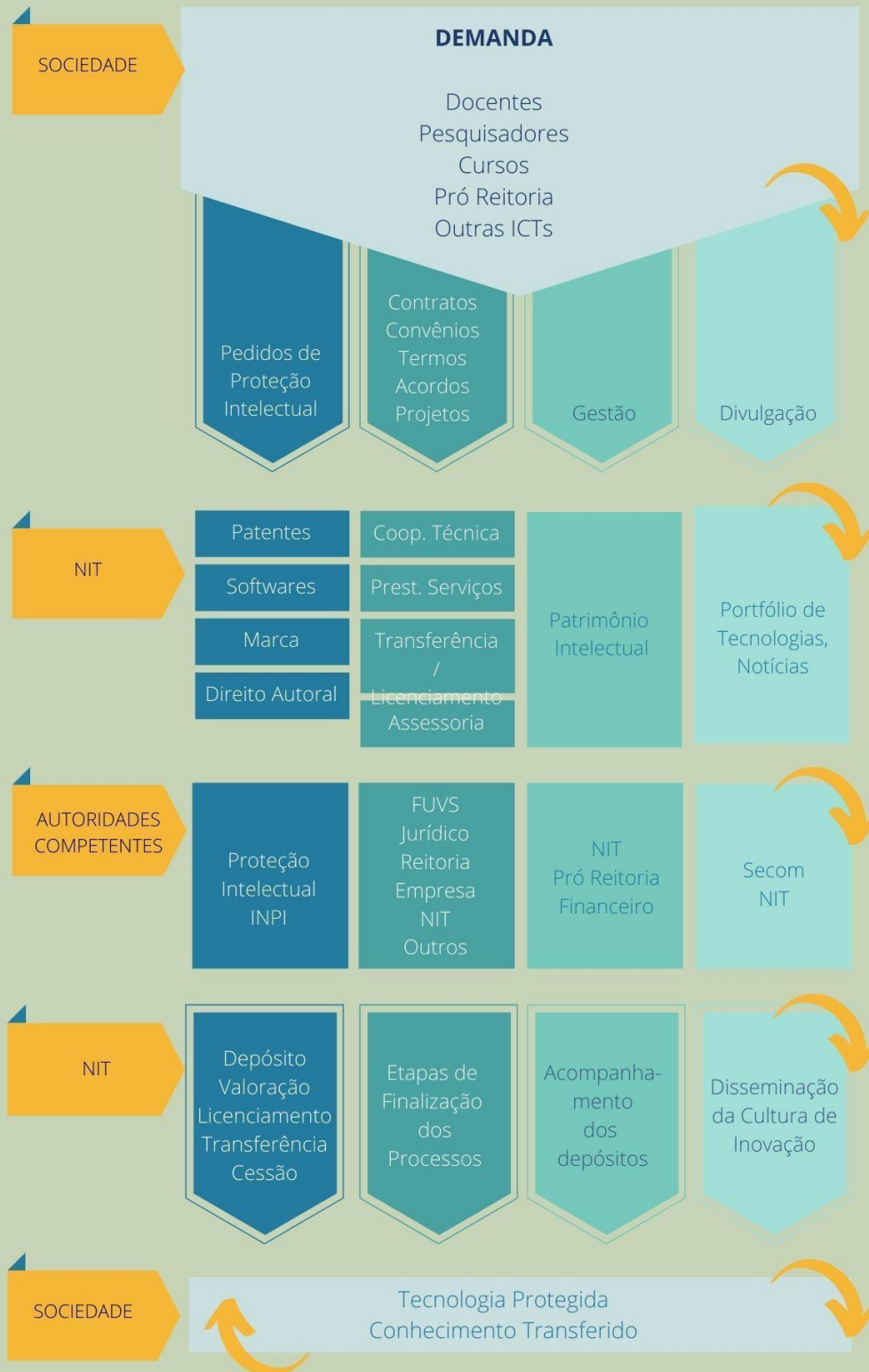
O NIT da UNIVÁS, criado pela Resolução CONSEPE nº 1/2014, de 2 de abril de 2014, de acordo com o disposto na Lei nº 10.973/2004 e no Decreto nº 5563/2005, tem como finalidades primordiais criar, gerir e zelar pela manutenção da política de incentivo à inovação tecnológica da UNIVÁS, viabilizando estratégias e ações relacionadas aos direitos de propriedade intelectual, tanto no ambiente interno como no ambiente externo da Universidade.

O NIT da UNIVÁS é relativamente novo. Apesar disso, consegue cumprir de maneira singular e profissional as competências atribuídas por lei e possui expressivo número de proteção geradas no âmbito do MPCAS e proteções geradas nos cursos de graduação da UNIVÁS.

O NIT da Univás está vinculado à Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa (PROPPES) e é responsável por conscientizar e prover meios para a proteção da propriedade intelectual integrada à geração, difusão do conhecimento, prioritariamente na Univás e na sociedade. Todos os formulários para solicitação das proteções, legislação, links úteis, informações adicionais e contatos, podem ser encontrados em nit@univas.edu.br.



RESUMO DAS ATIVIDADES/COMPETÊNCIAS DO NIT



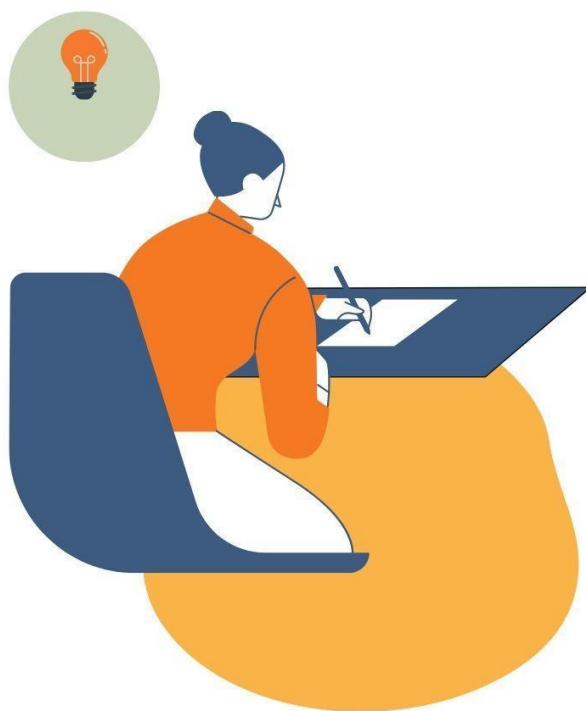
8

Passo a passo para a elaboração de um bom projeto de PD&I

- 1 Conhecer a necessidade da Empresa; identificar o “problema tecnológico” que precisa ser resolvido
- 2 Definir o tipo de projeto que melhor se apresenta para a interação desejada.
- 3 Possuir recursos humanos, identificar o grupo de pesquisa (coordenadores e alunos) com expertise para a elaboração do projeto que se pretende apresentar.
- 4 Delinear o esboço do projeto, contemplar aspectos técnicos e jurídicos e plano de trabalho.

8.1 Proposta de Projeto

É necessário definir muito bem a proposta do projeto, se ele será do tipo tecnológico, de consultoria, ensaios e testes, compartilhamento de laboratórios, licenças de tecnologia, capacitação e treinamento, consultorias, estudos metodológicos e de processos e/ou outros tipos, dependendo da expertise que se pretende oferecer.



8.2 Estrutura do Projeto

ÁREAS DE APLICAÇÃO DO PROJETO:

Deve(m) ser descrita(s) claramente (biotecnologia, farmacêutica, cosmética, de engenharia, dentre outras).



DURAÇÃO:

Apontar data de início e fim da execução do projeto, mesmo que mais tarde seja necessário realizar alterações.

JUSTIFICATIVA:

Definir quais os motivos que levaram a realização do projeto, lembrando que é importante focar a necessidade do projeto dentro do status atual.

RESULTADO ESPERADO:

Deve ser descrito de forma objetiva e clara, de modo que possa demonstrar sua efetividade e utilidade para a Empresa.



MÉTODOS:

A forma de desenvolvimento do projeto, os métodos que serão aplicados, necessitam estar claros e, se for o caso, descrever o enquadramento das atividades executadas no projeto em linhas de fomento.

Em cada fase devem ser definidas as ações que serão executadas.



COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO:

Informar os responsáveis pela coordenação e supervisão do projeto que representam as partes interessadas, ou seja, tanto a Universidade quanto a Empresa (no caso de já ter havido prévio contato). Lembrar que, ao enviar um projeto sem acordo prévio, constará apenas os coordenadores da Universidade. Os coordenadores e supervisores deverão realizar e manter toda documentação relacionada ao registro das atividades do projeto (relatórios, cadernos de laboratórios, atas e dados experimentais, entre outros), a fim de garantir a lisura, transparência e rastreabilidade das atividades do projeto.





PLANO DE DESENVOLVIMENTO:

Descrever o escopo do desenvolvimento do projeto, apresentando suas etapas e respectivas atividades básicas.



CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

O cronograma deverá ser elaborado considerando a distribuição por fases, detalhando ao máximo as atividades. Deve ser considerado que o cronograma é orientador e poderá sofrer alterações no decorrer do andamento do projeto.





Plano de Trabalho

É o principal instrumento para planejamento bem sucedido, pois materializa as informações necessárias à condução e acompanhamento do projeto. É imprescindível definir quais os passos necessários para o alcance de cada objetivo específico do projeto, a ação concreta que deverá ser realizada durante o período de execução do projeto. Neste momento é importante pensar em: custo + tempo + pessoas = execução da atividade, e propor atividades que caibam dentro do orçamento, do limite de tempo e da capacidade de execução das pessoas envolvidas.



Síntese do plano de Trabalho




Nome do Projeto

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos
Pra quê?



Atividades
O quê?



Recursos
Com o quê?



Prazos
Quando?



Responsáveis
Quem?



Parceiros
Com quem?



8.3 Recursos Necessários



- **Construção/ Reforma e Equipamentos:** todos os equipamentos necessários para a execução do projeto devem ser detalhados, incluindo estimativa de preço e justificativa, se for necessário. Exemplos: instrumentos e seus acessórios, ferramentas, serviços de instalação, construção ou reforma/adaptação de local previamente definido, modernização de laboratórios de pesquisa e desenvolvimento.
- **Material de consumo:** detalhar tudo o que for necessário para a execução do projeto, sempre com estimativa de valores e ainda se houver a necessidade de um protótipo, deverá ser listado todos os materiais necessários para seu desenvolvimento.
- **Treinamento:** prever, se for o caso, realização de treinamento da equipe participante do projeto em determinado momento, apresentar justificativa e valores estimados.
- **Recursos Humanos:** detalhar o número de componentes da equipe e valores estimados, incluindo encargos sociais e benefícios.
- **Periódicos e livros:** exclusivos para o uso no projeto, com valores estimados.
- **Viagens:** especificar local e estimar valores para todas as viagens que serão necessárias, exemplo: visitas técnicas, apresentações do projeto em outras localidades.
- **Serviços de terceiros:** se necessário, contratar serviços especializados como: medição, aferição, engenharia, mão de obra, tudo que relacione à exceção do projeto deverá ser listado, com estimativa de custo.
- **Cronograma de desembolso:** é necessário definir em que momentos do projeto ocorrerão os aportes, em função das fases de execução. Deve ser planejado de acordo com a entrega dos pontos de checagem, vinculando os pagamentos das parcelas à entrega das etapas cumpridas.
- **Outros custos:** caso haja alguma despesa necessária, fora dos listados acima e que seja necessária para a execução do projeto.

Referências

- 1- Matos, LCS e Amorim, AP. Desafios Na captação De Recursos Em organizações Do Terceiro Setor: O Caso Movimento Emaús Vila Velha. Revista de casos e consultoria. 2020; 11(1): e1114.
- 2- Parente, JM. O Terceiro Setor no Brasil: um novo panorama no cenário nacional. Revista de Educação. 2015; 11(12): 119-35.
- 3- Deyvson, JSA. O Terceiro Setor e a busca pela sustentabilidade financeira à luz da teoria do fracasso filantrópico. REPATS. 2019; 6 (2): 279-316.
- 4-AUDY, J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. Estudos Avançados. 2017; 31(90): 75-87.
- 5- Campos, MG *et al* . Impacto dos investimentos em inovação na indústria brasileira Revista Gestão Industrial. 2017; 13 (3): 213-36.
- 6 – Santos, R *et al*. Análise Swot: Estudo De Caso Em Uma Instituição De Ensino Superior. Revista Estratégia e Desenvolvimento, v. 2, n. 2, 25 nov. 2019.
- 7 - Osita, I C *et al*. *Organization's stability and productivity: the role of SWOT analysis an acronym for strength, weakness, opportunities and threat. International Journal of Innovative and Applied Research.* 2014; 2 (9): 23-32.
- 8 - Oliveira, MRA e Giroletti, DA. A integração entre universidade e empresa: avaliação de projeto específico Iberoamerican. *Journal of Industrial Engineering.* 2016; 8 (16): 96-119.
- 9 - BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. ANPEI. Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras. Guia de Boas Práticas Para a Interação ICT-empresa. 2ª ed. São Paulo, 2014. Disponível em < <https://anpei.org.br/conteudos>> Acesso em 08 de dezembro de 2020
- 10 - BRASIL. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, 03 dez 2004.
- 11 - BRASIL. Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016 dispões sobre estímulos ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação. Diário Oficial da União, 12 jan 2016.
- 12 - BRASIL. Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 regula os direitos e obrigações relativos à Propriedade Industrial. Diário Oficial da União, 15 mai de 1996.
- 13 - BRASIL Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998, dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 de 20/02/1998.
- 14 - BRASIL. Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Diário Oficial da União, 21 mai 2015.
- 15 - Paranhos, J *et al*. Criação, institucionalização e funcionamento dos núcleos de inovação tecnológica no brasil: características e desafios. Revista Eletrônica de Administração. 2018; 24(2): 253-280.
- 16 - Andrade, HS; Torkomian, ALV, Junior, MFC. (Org.) *et al*. Boas Práticas de Gestão em Núcleo de Inovação Tecnológica: Experiências Inovadoras. 6ª ed. Jundiaí - SP: Edições Brasil, 2018, v. 1, p. 89-101. Disponível em < http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2018/12.28.17.22/doc/andrade_boas.pdf> Acesso em 18 de janeiro de 2021.
- 17 – Garcia, C. (Org.). Estruturação Técnica de Projetos de PD&: In: Lei do Bem-Como Alavancar a Inovação com a Utilização dos Incentivos Fiscais. 2ª ed. Ed. Pillares - SP, 2020 v. 1, pg 127-143.

5. DISCUSSÃO

O Guia Prático é um recurso didático e educativo com o propósito de esclarecer, de forma clara, objetiva e simples, a professores, alunos e pesquisadores das áreas de saúde e educação, a necessidade da captação de recursos de forma pró-ativa, principalmente via projetos de PD&I, em parcerias ou não. O Guia Prático construído a partir da necessidade de captar recursos, demonstrou a importância de planejamento, imprescindível na tomada de decisão quanto à realização de parceria em projetos de PD&I ou não: conhecimento da propriedade intelectual e das atividades do núcleo de inovação da Univás. Foi validado por docentes permanentes de pós-graduação *Stricto Sensu*, com experiência de 5 a 10 anos de docência na Univás.

A partir dos conceitos de MATTOS e AMORIM (2020) observou-se, após validação do Guia relativo ao presente estudo, similaridade aos resultados que foram favoráveis à motivação para realização de projetos de pesquisa como mobilização para captação de recursos financeiros e da sustentabilidade institucional.

Os conceitos também corroboraram para validação do Guia, utilizando as competências (*expertises*) da Instituição para busca pela interação com empresas e organizações de forma pró ativa (PARENTE, 2015), e ainda enfatizaram o importante papel das universidades na inovação (AUDY, 2017).

Os recursos, embora escassos, não deixarão de existir, mas diminuirão exponencialmente para os próximos anos, diante do cenário econômico que se apresenta no Brasil e no mundo em virtude da pandemia da COVID 19, o que também destaca a necessidade da utilização da busca por recursos de forma pró ativa via concretização de parcerias em projetos de pesquisa (RISCAROLLI, 2010). As mantenedoras, públicas e privadas, apesar de não medirem esforços, enfrentam um permanente desafio para continuidade de suas atividades, e buscar captar uma parcela significativa dos recursos necessários diretamente na sociedade, seria uma das soluções para o problema (RISCAROLLI, 2010).

No caso das instituições privadas de ensino, as fontes de receita concentram-se nas mensalidades dos alunos, e no Brasil 95% dos recursos advêm de mensalidades estudantis, por isso faltam recursos para suprir adequadamente todas as necessidades de investimento. Isso enfatiza a importância da busca por recursos oriundos de parcerias e a importância da interação universidade/empresa (SCHWARTZMAN, 2006).

Já as empresas utilizam-se comumente da análise *Swot* para identificar suas forças, fraquezas e oportunidades para elaborarem estratégias para selecionar parceiro e tomar decisões, o que deveria ser também utilizado pelas instituições de ensino, pois possibilitaria um melhor planejamento de ações para suprir as necessidades, indo direto ao ponto fraco e fortalecendo-o (Osita et al., 2014; Santos et al., 2019).

A impossibilidade da participação de Fundações na busca de recursos para o Terceiro Setor deixa ainda mais clara a importância de esclarecer à comunidade acadêmica os temas que captação de recursos para este importante setor (DEYVSON 2019), onde se enquadra a Univás, pois tem como mantenedora a FUVS.

A utilização do Modelo intitulado Hélice Tríplice, que caracteriza o relacionamento entre academia, indústria e governo, é fundamental para a criação de um ambiente propício à inovação, à geração e à difusão do conhecimento necessário ao desenvolvimento da sociedade (RIBEIRO, 2017). Neste modelo, o desenvolvimento é pautado no conhecimento, que passa a ser o objetivo comum aos três atores, deixando claro que somente por meio da interação efetiva será possível chegar a um sistema de inovação sustentável e durável (VALENTE 2010).

A importância da interação universidade/empresa como uma das vias para a captação de recursos, uma avaliação criteriosa para criação e avaliação de projetos destinados à áreas de interesse, são de suma importância para a credibilidade da instituição na realização de parceria e para a captação de recursos de forma roteirizada (OLIVEIRA e GIROLETTI 2016).

Embora o NIT da Univás, como tantos outros, tenha sido criado apenas em 2013, vem conseguindo enfrentar as dificuldades na missão de fomentar a cultura da inovação e até mesmo para cumprirem suas atividades mais básicas e executar suas competências (PARANHOS *et al.*, 2018). No entanto, assim como vários NIT criados a partir de 2011, contando com equipe reduzida, consegue realizar êxito no cumprimento de suas atividades e em boas práticas na gestão da inovação, concretização de parcerias e transferência de tecnologia (ANDRADE e TORKOMIN *et al.*, 2018).

Importância destacada também pela Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (ANPEI) no Guia de Boas Práticas Para Interação ICT-empresa junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, de 2014.

Desta maneira, o Guia Prático mostra que a interação universidade/empresa passa, sem dúvida, pelo conhecimento das necessidades da empresa que possam ser supridas pela universidade, quanto pela expertise da universidade em poder suprir as necessidades da empresa, do conhecimento e importância da elaboração de um bom projeto, além do conhecimento da legislação vigente, da propriedade intelectual e da gestão da inovação.

O presente estudo desenvolvido no âmbito do MPCAS e na linha de atuação científico tecnológica de Gestão e Qualidade em Lesões Teciduais, se enquadra de forma importante na gestão da inovação, da proteção intelectual dos produtos gerados no MPCAS, que podem e devem retornar à sociedade via projetos de interação e captação de recursos. Recursos estes que serão investidos em todas as unidades mantidas pela FUVS.

O Guia Prático é um produto editorial digital, a diagramação foi desenvolvida buscando a harmonia entre *layout*, cor, hierarquia de informação, mantendo a identidade visual, alinhada com o guia da marca da universidade, paleta de cores e seguindo o padrão de leituras em “F”, para plataformas digitais.

A captação de recursos, bem como suas outras formas de fomento existentes, e a construção de parceria sejam atividades complexas, que exigem ainda o gerenciamento de projetos e a prestação de contas, estes poderão ser temas para um volume 2 do Guia Prático.

5.1. Aplicabilidade

O Guia Prático demonstrou potencial de fornecer subsídios para captação de recursos via projetos de PD&I. Terá importante papel na disseminação dos conhecimentos sobre propriedade intelectual e seus trâmites principalmente para a comunidade Univás, mencionada como “case” no presente trabalho.

Segundo os juízes, poderá ser aplicável em instituições de Ensino Superior como a UNIVÁS.

5.2. Impacto social

A captação de recursos oriunda da aplicação do Guia referente ao presente estudo, impactará, em relação à aplicação social dos recursos obtidos com os projetos de pesquisa desenvolvidos na instituição, impactando a vida da sociedade Pousoalegrense e região de forma significativa, sendo que os recursos captados terão investimento direto no Hospital das Clínicas Samuel Libânio, UNIVÁS e todas as unidades mantidas pela FUVS.

6. CONCLUSÃO

O Guia Prático – Interação Universidade/Empresa e a Captação de Recursos, foi construído e validado para publicação nos *sites* institucionais da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS.

7. REFERÊNCIAS

Andrade HS, Torkomian, ALV, Junior MFC, (Org.) *et al.* Boas Práticas de Gestão em Núcleo de Inovação Tecnológica: Experiências Inovadoras. 6ª ed. Jundiaí - SP: Edições Brasil, 2018, v. 1, p. 89-101. Disponível em < http://mtc-m21c.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m21c/2018/12.28.17.22/doc/andrade_boas.pdf.> Acesso em 18 de janeiro de 2020.

Audy J. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. *Estudos Avançados*. 2017; 31(90): 75-87.

Bagnato VS, Ortega LM, Souza MA, Murakama LSG. Guia Prático I. Introdução à Propriedade Intelectual. AUSPIN- Agência USP de Inovação, 2016. Disponível em:< http://www.inovacao.usp.br/wp-content/uploads/sites/300/2017/10/CARTILHA_PI_bom.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2020.

Benedetti MH e Torkomian, ALV. Uma análise da influência da cooperação Universidade-Empresa sobre a inovação tecnológica. *Gestão & Produção* [online]. 2011, v. 18, n. 1 . Acessado 29 Junho 2020, pp. 145-158. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000100011>>. Epub 25 Abr 2011. ISSN 1806-9649. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000100011>.

Berni JCA, Gomes CM, Perlin AP, *et al.* *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, ISSN 1983-4535, v.8, n.2, maio de 2015, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2015v8n2p258>.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2006: notas estatísticas. Brasília, 2007.

Brasil. Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996 regula os direitos e obrigações relativos à Propriedade Industrial. Diário Oficial da União, 15 maio de 1996.

Brasil. Lei nº 9.609 de 19 de fevereiro de 1998, dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, sua comercialização no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 de 20/02/1998.

Brasil. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Diário Oficial da União, 03 dez de 2004.

Brasil. Lei nº 13.243 de 11 de janeiro de 2016, dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação. Diário Oficial da União, 12 jan 2016.

Brasil, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. ANPEI. Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras. Guia de Boas Práticas Para a Interação ICT-empresa. 2ª ed. São Paulo, 2014. Disponível em <<https://anpei.org.br/conteudos>> Acesso em 08 de dezembro de 2020.

Campos MG *et al.* Impacto dos investimentos em inovação na indústria brasileira Revista Gestão Industrial. 2017; 13 (3): 213-36.

Garcia C, (Org.). Estruturação Técnica de Projetos de PD&I: In: Lei do Bem-Como Alavancar a Inovação com a Utilização dos Incentivos Fiscais. 2ª ed. Ed. Pillares - SP, 2020 v. 1, pg 127-143.

Matos LCS, Amorim AP. Desafios na Captação De Recursos Em Organizações Do Terceiro Setor: O Caso Movimento Emaús Vila Velha. Revista de casos e consultoria. 2020; 11(1): e1114.

Oliveira MRA, Giroletti DA. A integração entre universidade e empresa: avaliação de projeto específico *Iberoamerican. Journal of Industrial Engineering*. 2016; 8 (16): 96-119.

Osita IC, *et al.* *Organization's stability and productivity: the role of SWOT analysis an acronym for strength, weakness, opportunities and threat. International Journal of Innovative and Applied Research.* 2014; 2 (9): 23-32.

Paranhos J, *et al.* Criação, institucionalização e funcionamento dos núcleos de inovação tecnológica no Brasil: características e desafios. *Revista Eletrônica de Administração.* 2018; 24(2): 253-280.

Parente JM. O Terceiro Setor no Brasil: um novo panorama no cenário nacional. *Revista de Educação.* 2015; 11(12): 119-35.

Riscarolli Valéria, *et al.* "Contribuições ao processo de captação de recursos para unidades de instituições de ensino superior no Brasil." *Revista de Ciências da Administração,* 2010, p. 191+. Gale Academic OneFile, Access 3 June 2021.

Schwartzman S. A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. *Estudos Avançados,* 20(56), 161-189, 2006. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10128>.

Valente LO. Hélice tríplice: Conhecimento & Inovação, Campinas, v. 6, n. 1, p.6-9, jan. 2010. Disponível em: <http://inovacao.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-43952010000100002&lng=pt&nrm=is>.

Vasconcelos P. A Importância da Hierarquia Visual. In *Design Culture.* 2 de Abril de 2015. Disponível em: < <https://designculture.com.br/a-importancia-da-hierarquia-visual> >

Williams R. *Design para quem não é designer: noções básicas de planejamento visual.* 2a Ed. São Paulo, 1995.

8. NORMAS ADOTADAS

MPCAS –NORMAS PARA O TRABALHO FINAL DO MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIAS APLICADAS À SAÚDE. Univás. Disponível em: <http://pos.univas.edu.br/mestrado-saude/docs/uteis/aluno/formatacaoMpcas.pdf>

9. APÊNDICES

Apêndice 1 - Carta-convite aos juízes

CARTA-CONVITE AOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Sr.^(a) Avaliador(a)

Eu, Sonia Maria de Brito Ribeiro, venho por meio desta, juntamente com os Professores Dr. José Dias da Silva Neto e Professora Dra. Daniela Francescato Veiga, respeitosamente, convidá-lo(a) a compor o Corpo de Avaliadores do trabalho realizado no Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde da UNIVÁS, intitulado “GUIA PRÁTICO INTERAÇÃO UNIVERSIDADE/EMPRESA E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS”.

Solicito a participação de V. S.^a para compor o Corpo de Juízes desta pesquisa. Para tanto, solicito, se nos honrar com a sua participação, a avaliação do instrumento respondendo ao questionário, para isso serão disponibilizados o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, a Declaração, o Guia e o Roteiro da Avaliação para que o Sr.^(a) realize sua avaliação.

O formulário/link ficará disponível por um prazo de 15 dias.

Na certeza de contar com a sua colaboração e empenho, agradeço antecipadamente.

Atenciosamente,

Sonia M. de Brito Ribeiro

Mestranda

Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS JUÍZES

O Termo de consentimento livre esclarecido para os juízes O(A) senhor(a) é professor (a) credenciado (a) na pós graduação da Univás e está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada: “GUIA PRÁTICO INTERAÇÃO UNIVERSIDADE/EMPRESA E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS”, que pretende auxiliar docentes e pesquisadores a elaborar projetos de PD&I e estabelecer parcerias. Este estudo está sendo realizado por Sonia Maria de Brito Ribeiro, discente do Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde juntamente com os docentes do curso e orientadores Professor Dr. José Dias Neto e Professora Dr^a Daniela Francescato Veiga e obedece à Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa está na fase final com término previsto 30/05/2021. Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, isto é, em nenhum momento será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo, respeitando assim sua privacidade. Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos ou revistas científicas. Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o(a) senhor(a) pode recusar-se a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento, o que garante sua autonomia. Sua participação nesta pesquisa consistirá em avaliar o Guia proposto e responder as perguntas a serem realizadas sob a forma de questionário escrito. O risco para esta pesquisa é mínimo, não trará consequências físicas, psicológicas ou emocionais, podendo ocorrer apenas um constrangimento ao emitir sua opinião. O benefício relacionado à concretização deste estudo será o de contribuir esclarecendo temas importantes relacionados à decisão dos professores, pesquisadores em realizar projetos de pesquisa em parcerias e obter conhecimento de propriedade intelectual e elaboração de projetos para captação de recursos. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada a pesquisa e ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de cinco anos, e após esse tempo serão descartados de forma que não prejudique o meio ambiente. As despesas necessárias para a realização da pesquisa (impressos e criação do guia, artes visuais etc...) não são de sua responsabilidade e o senhor(a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido é um documento que comprova a sua permissão. Será necessária sua assinatura para oficializar o seu consentimento. Ele encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida para o senhor(a). Para possíveis informações e esclarecimentos sobre o estudo, entrar em contato com Sonia Maria de Brito Ribeiro, pelo telefone: (35) 999048458, e-mail: soniabrit@gmail.com ou com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVAS pelo telefone (35) 3449-9232, no período das 8h às 11h e das 13h às 16h de segunda a sexta-feira. Ressalta-se que a sua valiosa colaboração é muito importante e, a seguir, será apresentada uma Declaração e, se o senhor(a) estiver de acordo com o conteúdo da mesma, deverá assiná-la, conforme já lhe foi explicado anteriormente.

DECLARAÇÃO:

Declaro estar ciente do inteiro conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, sem sofrer qualquer punição ou constrangimento. Li e concordo

Apêndice 3 - Ficha de dados pessoais e roteiro para a avaliação do Guia Prático Interação Universidade/Empresa e a Captação de Recursos

Dados relacionados aos participantes:

1. Tempo de formação *

- Menos de cinco anos
- De cinco a 10 anos
- Mais de 10 anos

2. Sexo: *

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não declarar

3. Idade: *

4. Maior Titulação: *

- Mestrado
- Doutorado
- Pós Doutorado

5. Tempo de Experiência em Docência/Pesquisador na Univás? *

- Menos de cinco anos
- Cinco a dez anos
- Mais de 10 anos

Dados Relacionados ao Guia:

1. Avaliação Geral do Guia: *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

2. Quanto ao Layout do Guia: *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 pontos)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugetões:

3. Quanto à facilidade de entendimento e uso do Guia: *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

4. Quanto à linguagem utilizada no Guia: *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

5. Quanto ao entendimento dos temas abordados - item 6: Recursos Financeiros para Projetos de PD&I. *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

6. Quanto ao entendimento dos temas abordados - item 7: Propriedade Intelectual. *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

7. Quanto ao entendimento dos temas abordados - item 7: Propriedade Intelectual - Programa de Computador. *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

8. Quanto ao entendimento dos temas abordados: Propriedade Intelectual - Trâmites para realização do pedido de proteção do Programa de Computador via NIT/UNIVÁS. *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

9. Quanto ao entendimento dos temas abordados: Propriedade Intelectual - Patente. *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

10. Quanto ao entendimento dos temas abordados: Propriedade Intelectual -Trâmites para realização de Pedido de Patente via NIT/UNIVÁS. *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

11. Quanto ao entendimento dos temas abordados: Propriedade Intelectual - O Núcleo de Inovação da UNIVÁS é capaz de contribuir de forma eficaz para a realização dos trâmites das proteções? *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

12. O conteúdo e as informações - item 8: Contribuem para auxiliar na elaboração de Projetos de PD&I? *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

13. O conteúdo e as informações - item 8.2: Contribuem para auxiliar na elaboração da Estrutura do Projeto? *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

14. O conteúdo e as informações - item 8.2: Contribuem para auxiliar na elaboração do Plano de Trabalho do Projeto de PD&I? *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)

- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

15. O conteúdo e as informações - item 8.3: Consegue esclarecer sobre os recursos necessários para a execução do Projeto de PD&I? *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

16. Em uma análise geral o Guia é capaz de auxiliar para a concretização de um projeto de PD&I em parcerias? *

- Totalmente Adequado (4 pontos)
- Adequado (3 pontos)
- Parcialmente Adequado (2 pontos)
- Inadequado (1 ponto)
- Não se Aplica (0 pontos)

Sugestões:

10. ANEXOS

Anexo 1- Parecer do CEP

FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS DR. JOSÉ ANTÔNIO
GARCIA COUTINHO - FACIMPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Guia Prático: Interação Universidade/Empresa e a Captação de Recursos

Pesquisador: BONIA MARIA DE BRITO RIBEIRO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 39804620.3.0000.5102

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO SAPUCAÍ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.396.409

Apresentação do Projeto:

Projeto consiste em um estudo que busca identificar, por meio de aplicação de questionário, as expertises dos docentes para realização de projetos de Pesquisa junto às indústrias farmacêuticas locais e ainda visa confeccionar um guia prático que possa possibilitar a captação de recursos via novos projetos de pesquisa, em parceria ou não, com as indústrias farmacêuticas.

Objetivo da Pesquisa:

Confeccionar "O Guia Prático: Interação Universidade Empresa" na Captação de recursos, onde será apresentado um mapeamento das competências da UNIVÁS que poderão ser oferecidas tanto na solução de problemas e no desenvolvimento de novos produtos, assim como, abordar a Propriedade Intelectual e os direitos dos criadores, tomando o tema familiar para que possam chegar de forma adequada à utilização por toda instituição.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos estão descritos. Identificado benefício direto. Constam satisfatoriamente mecanismos de inclusão e exclusão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Projeto delimita tipo de estudo, local e período de realização, procedimento e método de análise de dados. Consta o questionário a ser aplicado. Não inclui orçamento, com financiamento próprio. Menciona a Resolução CNS nº 466/2012.

Endereço: Avenida Prefeito Tuany Toledo, 470
Bairro: Campus Fátima I CEP: 37.594-210
UF: MG Município: POUSO ALEGRE
Telefone: (35)3449-9245 E-mail: pesquisa@univas.edu.br

Continuação do Parecer: 6.596.029

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Consta TCLE e todos os documentos necessários, que estão de acordo com o projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Projeto bem estruturado, atende todos requisitos exigidos pelo CEP.

Considerações Finais e critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1652258.pdf	22/10/2020 17:04:18		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	22/10/2020 17:02:53	SONIA MARIA DE BRITO RIBEIRO	Aceito
Outros	apendicec.docx	22/10/2020 09:34:10	SONIA MARIA DE BRITO RIBEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	apendiceab.docx	22/10/2020 09:33:34	SONIA MARIA DE BRITO RIBEIRO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	brochura.docx	22/10/2020 09:32:17	SONIA MARIA DE BRITO RIBEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Aprovação da CONEP:

Não

POUSO ALEGRE, 12 de Novembro de 2020

Assinado por:
Sílvia Mara Tacco
(Coordenadora)

Endereço: Avenida Prefeito Tupy Toledo, 470
Bairro: Campus Fátima | CEP: 37.554-210
UF: MG | Município: POUSO ALEGRE
Telefone: (35)3442-9245 | e-mail: pesquisa@univas.edu.br

11. FONTES CONSULTADAS

DeCS - Descritores em Ciências da Saúde. Disponível em: <http://www.decs.bvs.br>

Manual de Identidade Visual da Univás. Disponível em:

https://www.univas.edu.br/docs/manuais/2019/NOVO_Manual_Marca_Univas.pdf